



AGROCOMBUSTÍVEIS: *armadilha para as mulheres?*



INSTITUTO EQUÍT





AGROCOMBUSTÍVEIS
armadilha para as mulheres?

Agradecemos a:

CORDAID - Catholic Organization for Relief and Development AID
FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

Realização

Instituto EQUIT – Gênero, Economia e Cidadania Global
www.equit.org.br

Autoria

JOHN WILKINSON (Coord.) – Doutor em Sociologia pela Universidade de Liverpool (1982), com Pós-Doutorado em Sociologia Econômica pela Universidade de Paris XIII (1995). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

SELENA HERRERA – Engenheira Agrônoma. Mestre em Bioenergia e Doutoranda do Programa de Planejamento Energético (PPE) – COPPE/UFRJ.

VIVIAN COSTA – Socióloga pela Universidade Federal do Rio de Janeiro / IFCS. Membro do Instituto EQUIT e da REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos.

Apoio

Graciela Rodriguez

Projeto gráfico e diagramação



letraeimagem@letraeimagem.com.br

Para maiores informações, consulte:

Instituto EQUIT – Gênero, Economia e Cidadania Global
Rua da Lapa, 180 – 908/909
Rio de Janeiro, Brasil
www.equit.org.br
equit@equit.org.br

SUMÁRIO

Abreviaturas 7

Introdução: Biocombustíveis, modelo energético e gênero 9

Antecedentes 13

O contexto da pesquisa 17

A mulher na agricultura 17

Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) 26

Estudos de caso

A cultura da mamona no Estado da Bahia – Região Nordeste 33

O papel da mulher na produção de mamona 37

A função da mamona no cotidiano da mulher 39

Peculiaridades observadas no sistema de produção em relação às mulheres 40

Interação dos programas públicos existentes na região e o PNPB 41

A cultura da mamona e a segurança alimentar 45

Conclusões 46

A cultura do dendê no Estado do Pará – Região Norte 51

O papel da mulher na produção de dendê 51

A função do dendê no cotidiano da mulher 55

Peculiaridades observadas no sistema de produção em relação às mulheres 58

Interação dos programas públicos existentes na região e o PNPB 61

A cultura do dendê e a segurança alimentar 63

Conclusões 64

A cultura do babaçu no Estado do Maranhão – Região Nordeste 69

O papel da mulher na produção de babaçu 69

A função do babaçu no cotidiano da mulher 71

Peculiaridades observadas no sistema de produção em relação às mulheres 73

Interação dos programas públicos existentes na região e o PNPB 76

A cultura do babaçu e a segurança alimentar 83

Conclusões 86

Conclusão: As mulheres e o biodiesel 89

Referências bibliográficas 73

Abreviaturas

ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
APL	Arranjo Produtivo Local
BASA	Banco da Amazônia
BNB	Banco do Nordeste
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEIB	Comissão Executiva Interministerial
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COOPRACD	Cooperativa Regional de Reforma Agrária da Chapada Diamantina
COOPRAF	Cooperativa dos Pequenos Agricultores Familiares
COSIMA	Companhia Siderúrgica do Maranhão
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
IAC	Instituto Agrônomo de São Paulo
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFAS	Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRHO	Institut de Recherches pour les Huiles et Oleagineux
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC	Ministério da Educação
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MME	Ministério de Minas e Energia
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OLEAMA	Oleaginosos Maranhense Ltda.
ONG	Organização Não-Governamental
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PASEP	Programas de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PBF	Programa Bolsa Família
PIS	Programas de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNDTR	Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PPIGRE	Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUAF	Superintendência da Agricultura Familiar da Bahia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

INTRODUÇÃO

Bio-combustíveis, modelo energético e gênero

Na atual economia globalizada existem vários temas estratégicos, um dos quais é o da Energia. Cada dia mais, o modelo de produção e consumo vigentes requer de maiores provisões de energia para seu funcionamento.

As motivações para produção de combustíveis agrícolas surgem de uma crescente demanda por energias consideradas “limpas”, percebidas como uma resposta aos problemas decorrentes das alterações climáticas – queima de combustíveis fósseis –, do crescimento da economia mundial (segurança energética e dependência de energia não-renovável), e da ameaça de esgotamento das reservas de petróleo. Além disso, questões como o preço e a elevação dos custos de extração do petróleo, a instabilidade geopolítica e os conflitos bélicos em importantes países supridores de energia também ganham um peso muito forte para tais mudanças. Outro elemento acentuado para justificar o interesse na bioenergia é a questão do comprometimento de países desenvolvidos com a redução das emissões de gases poluentes, com o protocolo de Kyoto, sendo a reforma dos setores de energia e transporte um instrumento para esse fim.

A União Européia, por exemplo, aprovou uma diretriz que prevê a substituição de 5.75% dos combustíveis fósseis por agrocombustíveis no setor de transportes a partir de 2010 – a importação deve ultrapassar os 10 bilhões de litros por ano. A meta dos Estados Unidos é reduzir o consumo de combustíveis fósseis em 20% e a demanda por etanol pode atingir 132 bilhões de litros por ano

(mais de 3 vezes a produção atual mundial) até 2017. Nesse cenário internacional de demanda em franca expansão, o mercado global de biocombustíveis é visto como uma grande oportunidade para os países em desenvolvimento, potencial para o crescimento das exportações.

Entretanto, como adverte o informe de OXFAM, “a corrida das grandes empresas e governos na Indonésia, Brasil, Tanzânia e Malásia para pegar um pedaço do ‘bolo do biocombustível europeu’ ameaça os pequenos fazendeiros”. “O que se observa é um grande empurra-empurra entre produtores do Sul para suprir o mercado europeu, enquanto pessoas que vivem em situação de pobreza estão sendo pisoteadas nesse processo¹”.

Estas preocupações tem se acentuado num contexto mundial de crise alimentar e aumento dos preços dos produtos alimentícios que têm provocado em inúmeros países situações de crises e mobilizações sociais dramáticas pela dificuldade das populações de acesso aos alimentos. O impacto da produção de biocombustíveis e a substituição de terras de plantio de alimentos ou de deslocamento de cultivos por estes novos produtos no tem sido suficientemente avaliada em termos regionais e globais, resultando assim extremamente temerário avançar em tais mudanças produtivas sem a medida das conseqüências que já se fazem visíveis em muitas regiões do planeta.

Ate agora os agrocombustíveis que vem sendo produzidos são de dois tipos, o etanol, que é um álcool resultante da cana de açúcar, do milho ou trigo e o biodiesel, que é a produção de óleo a partir da soja, palma, ou outras oleaginosas. Segundo diversas fontes, o consumo destas energias produz menos gases estufa que o petróleo ou gás, ou seja, eles têm uma combustão mais limpa.

O Brasil está inserido nesse contexto de produção apostando na rápida expansão dos agrocombustíveis tanto para abastecer o mercado interno quanto o externo, sendo o principal objetivo do Programa Brasileiro de Bioenergia assegurar ao país a liderança internacional neste novo setor econômico, a bioenergia – consolidando a liderança nos biocombustíveis de 1ª geração. O país, privilegiado em terra e água, é o maior exportador de etanol e manifesta grande potencial para prover biodiesel para o mercado externo, sendo referência para a exploração de biomassa para fins alimentícios, químicos e energéticos. Contando com uma área que pode vir a satisfazer a propagação das plantações, o país poderia atender ao aumento da demanda por esses combustíveis nos próximos anos.

Para o governo brasileiro, o etanol e o biodiesel constituem duas agendas diversas. A situação do primeiro é diferente: um mercado naturalmente aquecido, nas mãos do setor privado (sobretudo do agronegócio), relativamente desregulamentado e sendo sua condição muito mais grave no âmbito

¹ “Amenaza biocombustible: Por qué el objetivo de consumo de biocombustibles de la UE puede ser negativo para los países pobres”. Nota Informativa de OXFAM Internacional, novembro de 2007.

sócio-ambiental. A eficiência nessa produção, com o menor custo do mundo, e o pioneirismo na mistura de álcool e gasolina estão atrelados historicamente a problemas sociais – condições de trabalho degradantes e uma produção baseada na monocultura da cana. De outro lado, o setor do biodiesel está em processo de consolidação e estruturação, contando com um intenso estímulo do Estado – principalmente através do Programa Nacional para a Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) –, sendo considerado viável para trabalhar conjuntamente com uma pauta de produção de alimento.

Cabe, desse modo, ressaltar que os estudos aqui relatados tiveram como referência somente a produção de biodiesel, por conta do debate do acima mencionado Programa, que tem como meta estimular a produção de oleaginosas na agricultura familiar. Trata-se de um conjunto de medidas específicas lançadas pelo Governo Federal, liberando de impostos a indústria dedicada a promover a pequena produção – com a promessa de geração de renda e emprego.

O PNPB considera como objetivo preponderante a satisfação da demanda por energia “gerando empregos e renda na agricultura familiar, reduzindo disparidades regionais e contribuindo para a economia de divisas e para melhorar as condições ambientais²”. A idéia se baseia na integração da agricultura familiar nesse processo agrícola de produção de energia como recurso para a complementaridade da renda e a fixação da população no campo.

Contudo, com a entrada da soja como principal matéria-prima na produção do biodiesel (82%) – apesar do óleo representar apenas 18% desse grão – vê-se que existe uma disputa em torno de dois modelos de agricultura – o agronegócio e a agricultura familiar – que vem provocando um agravamento da questão da terra no país, contribuindo para a manutenção da lógica intensiva em capital e inviabilizando os objetivos sociais conjecturados no PNPB. Esse problema também traz à tona a questão da dificuldade na diversificação dos cultivos por meio de múltiplas oleaginosas que seria também um instrumento para diminuir a dependência de uma matéria-prima exclusivamente.

O impacto das questões aqui colocadas terá uma magnitude maior na vida das mulheres visto que elas têm um papel específico na agricultura familiar como principais responsáveis pela subsistência e garantia de alimentação. Desse modo, faz-se necessário inserir no debate sobre combustíveis agrícolas, principalmente em relação à questão da concorrência com a produção de alimentos e a substituição de culturas tradicionais, a perspectiva das mulheres que têm importância fundamental na agricultura e no sistema alimentar.

Neste sentido, partindo das possibilidades abertas para a participação dos agricultores familiares na produção de biodiesel e tomando em conta os casos selecionados, torna-se extremamente inte-

² PNPB, lançado pelo Governo Federal em 06.12.2004.

ressante realizar uma análise que permita vislumbrar como as mulheres estão atuando e/ou reagindo neste processo.

Sabemos que o gênero é a base da divisão mais primária do trabalho na maioria das sociedades, fazendo a distinção entre atividades de “produção” e de “reprodução”. As primeiras se relacionam em geral com atividades que geram ingressos através do mercado enquanto as segundas se dedicam a provisão de cuidados para a manutenção e desenvolvimento das pessoas. Ainda que algumas políticas públicas, como as de saúde e educação, se referem a atividades reprodutivas realizadas pelo Estado, a maior parte de tais atividades depende das mulheres que, em geral, realizam tarefas domésticas em forma não remunerada e por isto invisibilizadas, enquanto os homens se especializam nas atividades “produtivas” pelas quais recebem um salário. No âmbito da agricultura familiar isto se torna mais patente ainda que também mais “naturalizado”.

Sendo assim, sempre se torna mais difícil entender o papel que as mulheres jogam na produção e que desafios e oportunidades representam os programas públicos de apoio à agricultura familiar no sentido de superar as desigualdades de gênero existentes e impulsionar o acesso das mulheres a tais apoios governamentais. Muito mais no caso de uma produção como a de biocombustíveis que pode concentrar um tipo de tecnologia “média” para produção do óleo dentro do âmbito da produção familiar, tecnologia para a qual as mulheres geralmente têm maior dificuldade de acesso, ocupadas em tarefas ou cultivos geralmente de mais baixa qualificação.

Ao mesmo tempo é importante avançar no conhecimento e debate sobre a matriz energética adequada para um desenvolvimento que leve em consideração os requerimentos das mulheres em termos da energia necessária para realização das tarefas do cuidado e para o cotidiano da população.

Para o Instituto EQUÏT, a presente publicação se insere na linha temática denominada “Globalização e Políticas Macroeconômicas” na qual a entidade se debruça sobre os temas econômicos e comerciais que têm influenciado a vida de homens e mulheres de forma desigual, levando em consideração o papel do comércio internacional. Nesse sentido, o tema dos agrocombustíveis vem tomando um papel central tanto no debate sobre a crise alimentar no mundo, o aquecimento global e também nos rumos de uma matriz energética que seja capaz de suportar o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, sustentar o planeta. Nesse contexto, consideramos fundamental compreender melhor a realidade da agricultura familiar e, em particular, das mulheres agricultoras em relação ao cultivo de oleaginosas (dendê, mamona e de coco babaçu) para a produção de agrocombustíveis, que vem se tornando uma opção produtiva importante.

Estes estudos de caso buscam assim contribuir à compreensão da problemática que inclui as mulheres na agricultura familiar e seu papel na soberania alimentar e no desenvolvimento local e regional.

ANTECEDENTES

Nesse estudo, retratamos a situação da mulher na agricultura no Nordeste e no Norte do país à luz da implementação do Programa Nacional de Biodiesel (PNPB). Mais precisamente escolhemos três regiões, típicas das principais opções de matéria-prima e sistemas de produção identificados pelo programa visando à inclusão da agricultura familiar.

A mamona foi a matéria-prima principal escolhida para a região semi-árida do Nordeste, sendo o Estado da Bahia, de longe, o maior produtor. Conduzimos entrevistas e visitas a campo nos municípios de Andaraí e Iraquara, desse Estado, onde a mamona é tradicionalmente cultivada em consórcio com milho e feijão.

Na região Amazônica, sobretudo nas terras já degradadas das áreas úmidas do Estado do Pará, a grande aposta é o dendê. Aqui entrevistamos agricultores com contratos de integração com a Agropalma, a maior empresa brasileira de dendê produtora de biodiesel a partir dos resíduos da obtenção de óleo.

No Estado de Maranhão floresce a oleaginosa nativa, o babaçu, a base de sustentação econômica de dezenas de milhares de famílias nessa região, e agora alvo de projetos para a sua transformação em matéria-prima para biodiesel. Nesse Estado, a nossa visita de campo cobriu

os municípios de Viana, Lima Campos, e Itapecuru Mirim, onde entrevistamos representantes das principais organizações que lideram essa atividade extrativista.

Diferentemente do etanol, o PNPB foi pensado desde a sua formulação como um programa de energia limpa e renovável que fosse simultaneamente uma proposta de inclusão social e de desenvolvimento local/regional. Na parte inicial do nosso estudo, analisamos os componentes desse programa que visam assegurar uma participação protagonista da agricultura familiar. Ressaltamos o controle do mercado por meio de leilões, cujo acesso exige das empresas de biodiesel um selo social emitido pelo MDA na condição de incluir uma participação mínima, variável por região, da agricultura familiar no fornecimento de matéria-prima. Apesar de todas as ressalvas que podem ser apontadas, contratos de integração em torno de uma commodity comercial têm sido associados aos segmentos mais consolidados da agricultura familiar em outras regiões do país. Assim, é razoável supor que a garantia de um enquadramento similar no Nordeste e no Norte possa criar também nessas regiões uma âncora de renda e emprego para estabilizar o setor da agricultura familiar.

Dois tipos de críticas têm sido dirigidas ao PNPB no Nordeste e no Norte. Por um lado, estudos de campo sugerem que nas atuais condições de produtividade e de escala de produção típicas da agricultura familiar o impacto do programa sobre a renda é mínimo, não oferecendo, portanto uma estratégia de saída da pobreza. Para tanto, reformas estruturais de acesso à terra e apoio mais sistemático de P&D – Pesquisa e Desenvolvimento – e de assistência técnica seriam necessárias. No entanto, deve-se reconhecer o grande empenho de setores do governo, associações de produtores, sindicatos, ONGs e movimentos sociais para contornar muitos entraves no programa. A outra crítica focaliza mais a lógica do PNPB como continuação do modelo tradicional de agricultura. Na esteira da crise dos sistemas agrícolas dominantes no Nordeste (colapso do algodão e do açúcar), os movimentos sociais, algumas organizações dos produtores e ONGs ligadas ao meio rural têm promovido estratégias alternativas que se dirigem a mercados diferenciados – nichos de qualidade, comércio justo, orgânicos, produtos artesanais. Ao mesmo tempo, esses mercados têm sido associados a novas práticas agrícolas de inspiração agroecológica. Diferentemente dos sistemas tradicionais de produção, nessas novas estratégias destaca-se o papel da mulher.

Assim, embora o PNPB fosse promovido como uma solução para uma população rural sem outras perspectivas, pesquisas de campo sugerem que sem reformas nos sistemas de acesso à terra o impacto do programa seria inócuo e estratégias alternativas já em curso nessas regiões apontam para outras opções, tanto de sistemas de produção como de acesso a mercados. Mais ainda, essas opções parecem oferecer oportunidades para promover a participação e até estimular o protagonismo da mulher rural.

Em forma complementar, a nossa pesquisa identificou a importância de um conjunto de outras políticas em operação nessas regiões que antecedem o PNPB e que já modificaram significativamente a posição e as perspectivas da mulher. No nosso relatório destacamos essas políticas e indicamos a forma em que elas beneficiam a mulher, seja no seu estatuto jurídico (titularidade) seja no acesso a recursos (acesso diferenciado a crédito).

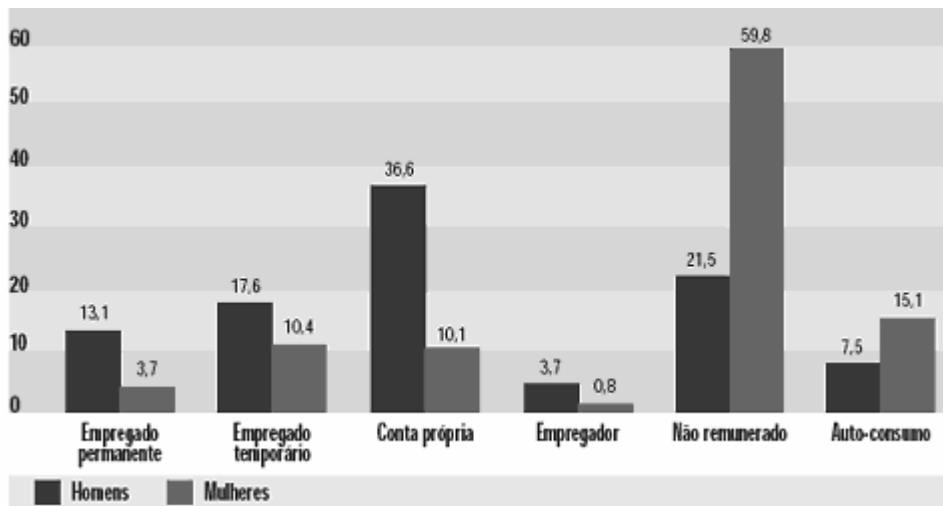
Assim, nos diversos contextos de implementação e mesmo de não-implementação do PNPB no Nordeste e no Norte, foi possível a partir da pesquisa de campo, identificar as principais modificações no comportamento e no posicionamento das mulheres que fazem com que elas deixem de ser simples beneficiárias de políticas para e se tornam atores-chaves tanto na sua negociação quanto na sua implementação. Devemos enfatizar, porém, que esses avanços são ainda parciais e desiguais e convivem com a persistência de comportamentos e atitudes tradicionais, a herança secular do patriarcalismo que pesa sobremaneira no meio rural dessas regiões.

O CONTEXTO DA PESQUISA

A mulher na agricultura

Considerações gerais

As mulheres representam aproximadamente 50% da população rural em idade produtiva, de acordo com o IBGE, atuando principalmente na agricultura de subsistência, mas assumindo também responsabilidades e participando de atividades fundamentais tanto no âmbito da produção quanto da reprodução familiar. No entanto, o trabalho agrícola da mulher – não remunerado e entendido como “ajuda” – é visto, muitas vezes, como uma extensão do trabalho doméstico, uma atividade secundária, e não como um trabalho produtivo, apesar de ser um fator determinante na organização da produção agrícola familiar, geração de renda, e na manutenção do consumo próprio e familiar. Nessa divisão sexual do trabalho, cabe ao homem a geração de valor econômico e social, voltada, predominantemente, à atividade agrícola, às atividades de gestão e ao controle da propriedade (compra de insumos, comercialização e acesso ao crédito/banco, por exemplo).

Gráfico 1: Distribuição (em %) do pessoal ocupado na agropecuária segundo sexo e posição na ocupação – Brasil, em 2004.

Fonte: DIEESE a partir dos dados de: IBGE, PNAD tabulações especiais MELO, Hildete Pereira & Di Sabbato, Alberto apud PPIGRE/MDA, Gênero, Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Mercosul.

Segundo Brumer (2004), dois aspectos podem explicar a divisão de trabalho que se consolida entre homens e mulheres rurais. O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, com vistas ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade patriarcal, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família. As atividades desenvolvidas pelas mulheres na esfera produtiva são geralmente associadas a qualidades supostamente inerentes ou ao produto da sua socialização ou a trabalhos eventuais compatíveis com as suas obrigações na esfera da reprodução.

Na prática, a mulher participa ativamente no processo produtivo, do preparo da roça até o processo de comercialização da produção, passando pelo cuidado com os filhos, os animais e a horta, e assume, portanto, uma dupla jornada de trabalho. Segundo o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais do Governo Federal, no setor agropecuário, no ano de 2003 as mulheres representam

80,76% das ocupações não remuneradas. Um maior número de mulheres (91,3%) do que de homens (82,5%) no campo dedica-se à produção para o autoconsumo. Na lavoura, elas exercem 77,3% do trabalho não remunerado e 72,8% do trabalho na mesma condição, na pecuária.

Atualmente, contudo, pode-se notar que as condições sócio-econômicas das famílias que vivem no campo vêm sofrendo mudanças e, assim, as mulheres têm ocupado espaços como geradoras de renda, com perspectivas de conquista de autonomia e cidadania. A figura da mulher frágil e submissa está menos caracterizada, e, na grande parte dos casos observados nesta pesquisa, as mulheres têm um grau de autonomia financeira e participam das decisões familiares, com consciência da sua condição de mulher rural detentora de uma identidade de classe e de direitos. Participam também de organizações rurais e de mulheres voltadas para os interesses da comunidade e da classe agricultora. Há uma diferenciação em relação ao grau, ao nível da percepção da mulher quanto ao seu trabalho e à clássica oposição entre atividade masculina e feminina, mas se não podemos constatar mudanças significativas nas desigualdades de gênero, verificamos no tocante à identidade rural feminina. Existe uma resignificação do papel exercido pela mulher, questionando a subordinação incondicional à unidade familiar, com o reconhecimento e a apropriação de direitos e participação no espaço público rural, domínio não mais exclusivamente masculino.

Tabela 1: Pessoas responsáveis pelos domicílios por situação do domicílio e sexo – Brasil e Grandes Regiões, em 2000 (em %)

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Norte	71,9	28,1	100,00	90,8	9,2	100,00
Nordeste	69,8	30,2	100,00	84,8	15,2	100,00
Sudeste	73,2	26,8	100,00	87,4	12,6	100,00
Sul	74,8	25,2	100,00	89,2	10,8	100,00
Centro-Oeste	73,4	26,6	100,00	92,5	7,5	100,00
Brasil	72,7	27,3	100,00	87,2	12,8	100,00

Nota: são considerados os domicílios particulares permanentes e os dados do total da população.

Fonte: DIEESE a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE.

Desse modo, a atuação de mulheres e a luta do movimento de mulheres para mudar seu cotidiano na agricultura passaram a ser mais reconhecidas, tendo algumas pautas de reivindicações materializadas através de políticas públicas, como é o caso da Marcha das Margaridas – um ato político fundamental na trajetória da luta sindical e feminista – que, como exemplo, viu efetivado o crédito agrícola para mulheres, incluído no Pronaf como fruto de uma reivindicação presente na edição de 2003. Nesse sentido, para concretizar a inserção social das mulheres rurais é preciso ultrapassar a barreira sócio-econômica e cultural que lhes imputa propriedades inferiores e de subordinação, através de estereótipos que impactam de modo negativo no reconhecimento e valorização de seu trabalho na zona rural e, sobretudo, no acesso ao conjunto de políticas públicas que se fazem necessárias (crédito, serviços de assistência técnica e capacitação profissional) para sua emancipação.

Tabela 2: Rendimento médio mensal segundo situação do domicílio e sexo – Brasil e Grandes Regiões, em 2004 (em R\$ de set/04).

Brasil e Grandes Regiões	Urbana			Rural		
	Homem	Mulher	% do rendimento feminino em relação ao masculino	Homem	Mulher	% do rendimento feminino em relação ao masculino
Norte	503	262	52,1	360	114	31,7
Nordeste	426	248	58,2	184	99	53,8
Sudeste	798	409	51,3	413	161	39,0
Sul	851	428	50,3	513	176	34,3
Centro-Oeste	795	403	50,7	471	131	27,8
Brasil	699	364	52,1	323	128	39,6

Nota: exclui as pessoas sem declaração do valor do rendimento. Fonte: DIEESE a partir dos dados do IBGE, PNAD.

Políticas públicas

Temas como a titulação conjunta da terra e a inclusão como beneficiárias no Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, por exemplo, foram se fazendo presente na vida de centenas de mulheres através de políticas públicas que buscam a inserção social, política e econômica destas. Outras ques-

tões como a documentação, a violência contra as mulheres, a saúde, o crédito especial e a previdência rural começaram a ser debatidas. Com o resultado das reivindicações e das propostas surgidas no âmbito dos movimentos de mulheres do campo, um conjunto de ações foi realizado pelo Estado para atender a necessidade de políticas públicas específicas, articuladas com a identidade de trabalhadora rural, reconhecida agora como profissional.

Políticas de assistência social, como o Bolsa Família, por outro lado, também tem influenciado a vida das mulheres no campo. Quase a totalidade das famílias entrevistadas relatou ter acesso a este programa de transferência de renda, que na visão da mulher traz segurança no consumo familiar. Interessante notar que a titularidade do cartão é concedida às mulheres preferencialmente. De acordo com estudo realizado pelo IBASE (2008), “das famílias beneficiadas que plantam algum tipo de alimento ou criam animais para alimentação, 95,5% não recebem nenhum tipo de assistência técnica; 83,1% não acessaram nenhum tipo de crédito agrícola nos últimos três anos; e apenas 13,5% acessaram o Pronaf. O dinheiro do PBF é gasto principalmente com alimentação”. Deste modo, podemos compreender a visão das mulheres em torno da Bolsa Família, no qual elas representam 94% dos titulares, na promoção de uma melhor qualidade de vida, complementando o trabalho agrícola familiar.

No entanto, a despeito da importância dessas políticas, como o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, mais especificamente, e outros que promovem maior inserção social, garantindo maior autonomia econômica e poder de decisão, há porém ainda um longo caminho a ser percorrido para promover avanços significativos quanto à renda, acesso e posse da terra, oportunidades de trabalho e capacitação, autonomia, maior participação política, etc. E para isso, faz-se necessário adotar medidas para assegurar o acesso integral da mulher do campo aos recursos produtivos, para lutar contra a invisibilidade do seu trabalho – que deve ser reconhecido e valorizado pelas políticas públicas – promovendo-as como sujeitos fundamentais de toda e qualquer estratégia de desenvolvimento rural e de inclusão social.

A seguir, apresentamos um resumo das políticas mais relevantes para o fortalecimento da posição das mulheres.

- *Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)* – Criado em 2004, é uma ação fundamental para o desenvolvimento de estratégias de inclusão das trabalhadoras rurais, seja na reforma agrária ou na agricultura familiar. Garante a documentação civil e trabalhista para a mulher do campo, permitindo o acesso a direitos sociais e políticas públicas. Integram o Programa oito organismos do governo federal e governos estaduais através das Secretarias de Segurança Pública. Nesse Pro-

grama são emitidos, gratuitamente, o Registro de Nascimento, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), a Carteira de Identidade, a Carteira de Trabalho, o registro junto ao INSS, a carteira de pescador e as beneficiárias também têm contas bancárias constituídas e orientações sobre direitos e políticas públicas (Fonte: Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia – site do MDA).

- *Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais* – O Programa se inscreve no marco das ações para a autonomia econômica das mulheres, igualdade no mundo do trabalho, cidadania, bem como parte do novo eixo do Plano dirigido às políticas pública de sustentabilidade, acesso à terra, moradia e soberania alimentar. Até 2010 alcançará 120 Territórios Rurais. Objetivo geral: Fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da econômica solidária e feminista, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural (Fonte: Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia – site do MDA).
- *Titulação Conjunta da Terra* – Com a portaria nº 981, de 02 de outubro de 2003, a titulação conjunta da terra para áreas constituídas por um casal passa a ser obrigatória. Essa titulação já estava prevista na Constituição de 1988, mas até então não contava com instrumentos legais que a tornassem obrigatória (Fonte: Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia – site do MDA).
 - a) Com o Plano Nacional de Reforma Agrária, o cadastro de assentados/as, a relação de beneficiários, o contrato de assentamento e o título passam a ser emitidos obrigatoriamente em nome da mulher e do homem no caso de famílias constituídas por um casal.
 - b) Instrução Normativa Nº 38 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária.
- *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER)* – Incorpora a dimensão de gênero nos conteúdos, critérios de seleção de projetos a serem financiados, orientações metodológicas, além de critérios para a alocação de recursos. Procura reconhecer as mulheres como sujeitos sociais, fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar, a partir de sua contribuição nas atividades agrícolas e não-agrícolas, na conservação da biodiversidade, na geração de renda e

agregação de valor na unidade familiar e organização coletiva da produção de mulheres trabalhadoras rurais (Fonte: Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia – site do MDA).

- *Programa Bolsa Família* – É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00) e integra a estratégia FOME ZERO. A gestão do Cadastro Único requer a cooperação dos três níveis da federação, que atuam conjuntamente para cumprir uma responsabilidade que é constitucionalmente compartilhada: o combate à pobreza e às desigualdades (Fonte: site do MDS).
- *Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência no Semi-Árido* – Um Milhão de Cisternas PIMC (Duque e Oliveira, 2003). Os efeitos têm sido diretos e fundamentais para a diminuição do esforço físico e do tempo demandado nas atividades femininas. No meio rural é trabalho das mulheres prover a água para manutenção da casa e de seus membros assim como a dos animais e das plantas. Antes das cisternas, as distâncias percorridas eram muito grandes. A presença da água no quintal das casas não só diminuiu o esforço físico das mulheres como também permitiu melhor organização do seu tempo, além de reduzir os problemas de saúde decorrentes da falta desse recurso (Fonte: Heredia *et al.*, 2006).
- *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher* – No sentido de ampliar o acesso das mulheres ao crédito, uma das principais reivindicações dos movimentos de mulheres nas Marchas das Margaridas era a criação de um crédito especificamente voltado para as mulheres rurais. Como resposta a essa reivindicação, foi criada, em 2003, uma nova linha de ação no PRONAF, o PRONAF Mulher, considerada um avanço em termos de conquistas para as mulheres rurais. No PRONAF existente até 2003, o crédito era concedido somente a um membro da família, em geral o homem. Hoje, as mulheres têm acesso a essa nova linha de crédito, dedicada a atividades agrícolas e não agrícolas, podendo envolver tanto financiamentos para hortas, roçados e criação de animais quanto para a produção de alimentos processados como queijos, biscoitos, geléias etc. O acesso da mulher ao crédito e a própria incorporação do sexo no formulário de declaração entregue ao banco para obter empréstimo significam também o reconhecimento da participação das mulheres nas atividades econômicas agrícolas por parte das políticas públicas. Por ser muito recente, seu impacto efetivo ainda não pode ser avaliado (Fonte: Heredia *et al.*, 2006).

PRONAF Mulher: Condições de Financiamentos

TAXA DE JUROS:

- 1% a.a. – para uma ou mais operações que, somadas ao valor nominal dos financiamentos “em ser”, não excedam R\$ 7 mil por mutuário;
- 2% a.a. – para uma ou mais operações que, somadas ao valor nominal dos financiamentos “em ser”, superem R\$ 7 mil e não excedam R\$ 18 mil;
- 4% a.a. – para uma ou mais operações que, somadas ao valor dos financiamentos “em ser”, superem R\$ 18 mil e não excedam R\$ 28 mil;
- 5% a.a. – para uma ou mais operações que, somadas ao valor dos financiamentos “em ser”, superem R\$ 28 mil e não excedam R\$ 36 mil.

Sempre que o mutuário contratar nova operação de investimento que, somada aos valores dos financiamentos “em ser” nessa finalidade, ultrapassar o limite de enquadramento da operação anterior, o novo financiamento terá os encargos previstos na faixa correspondente ao somatório dos valores contratados das operações “em ser” com o valor da nova proposta.

Para operações coletivas a taxa de juros será determinada pelo valor individual obtido pelo critério de proporcionalidade de participação.

PRAZO TOTAL:

- até 10 anos, para a aquisição de máquinas, tratores e implementos novos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar sua necessidade; e
- até 8 anos nos demais casos.

PRAZO DE CARÊNCIA:

- até 3 anos, para a aquisição de máquinas, tratores e implementos novos e para os demais itens, podendo, neste último caso, ser observado o disposto na alínea “b”; e
- até 5 anos, quando a atividade assistida requerer esse prazo e o projeto técnico comprovar sua necessidade.

NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO:

- Até 100%

AMORTIZAÇÃO:

A data da primeira amortização e a periodicidade de pagamento do principal será definida pela instituição financeira credenciada, de acordo com o fluxo de recebimento de recursos da propriedade beneficiada.

A periodicidade de pagamento do principal poderá ser mensal, trimestral, semestral ou anual.

Durante o período de carência, não haverá pagamento de juros, os quais serão capitalizados na mesma periodicidade de pagamento do principal que vier a ser pactuada, ressalvadas as operações com periodicidade MENSAL cujos juros serão capitalizados trimestralmente. Durante a fase de amortização, os juros serão pagos juntamente com o principal.

LIMITE DO FINANCIAMENTO: R\$ 36 mil.

Esse limite pode ser elevado em até 50%, desde que o projeto técnico ou a proposta de crédito comprove o incremento da renda ou economia de custos, no caso de recursos destinados à aquisição de máquinas, tratores e implementos, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de irrigação, equipamentos de armazenagem e outros bens destinados especificamente à agropecuária, exceto veículos de passeio.

A mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos ao amparo do PRONAF Mulher, sendo que o segundo fica condicionado:

- à quitação ou ao pagamento de pelo menos três parcelas do financiamento anterior; e
- à apresentação de laudo de assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e a capacidade de pagamento.

FONTE: site do BNDES.

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB)

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, instituído pela Lei 11.097/05, foi o resultado do trabalho do Grupo Interministerial de Biocombustíveis, encarregado de apresentar estudo sobre a viabilidade da utilização do biodiesel como fonte alternativa de energia no Brasil. Atualmente coordenado pela Comissão Executiva Interministerial – CEIB106 (órgão responsável pela elaboração, implementação e monitoramento do programa) e executado pelo Grupo Gestor, o PNPB possui como principais diretrizes: (1) a produção de biodiesel a partir de diferentes óleos das diversas regiões do país; (2) a promoção da inclusão social mediante a geração de empregos e a participação da agricultura familiar; e (3) o apoio a uma nova fonte de oferta de óleo com preços competitivos e uma qualidade adequada. De uma perspectiva social, o biodiesel oferece uma oportunidade muito importante para a promoção da inclusão social nas regiões mais pobres do país. De uma perspectiva ambiental, a mistura de biodiesel e diesel oferece importantes vantagens, por reduzir as emissões de dióxido de carbono e de outros elementos tóxicos.

A Lei 11.097/05 introduziu o biodiesel na matriz energética nacional, fixando percentuais mínimos de mistura deste combustível ao diesel mineral¹ e definindo o papel regulador da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O estabelecimento do percentual autorizado de 2% visou agilizar a entrada do biocombustível na matriz energética brasileira, corrigindo, dentro deste primeiro período, gargalos institucionais e tecnológicos que inviabilizassem a obrigatoriedade e expansão do volume de biodiesel adicionado ao diesel mineral a partir de janeiro de 2008. A Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), de 13/3/2008, antecipou a adição obrigatória de 3% de biodiesel, para julho de 2008. Apesar de fixar o B5 (5% de biodiesel no diesel vendido) para 2013, o mercado brasileiro de biodiesel prevê também a sua antecipação, passando talvez primeiro pelo B4 já em 2009.

A capacidade autorizada de produção de biodiesel no Brasil é de 3,75 bilhões de litros por ano, o equivalente a cerca de 3 vezes a demanda para o B3 ou 2 vezes para o B4. Por sua vez, a produção decorrente de 2008 (até outubro) não responde à demanda atual de 1,35 bilhões de litros de biodiesel (B3), com um déficit de 32%, representando apenas 24% da capacidade.

¹ A mistura Bx representa x% de biodiesel no diesel.

Tabela 3: Situação atual do mercado de biodiesel no Brasil

Região do Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Capacidade autorizada de produção (milhões de litros por ano)	203,04 (5%)	720,26 (19%)	1.380,56 (37%)	751,20 (20%)	704,75 (19%)	3.759,81 (100%)
Produção em 2008 até outubro (milhões de litros por ano)	14,75 (2%)	102,11 (11%)	418,33 (46%)	139,82 (15%)	243,36 (26%)	918,34 (100%)
Número de empresas com Selo	2	7	11	5	4	29

Fonte: ANP, MDA/SAF.

Com vistas a assegurar a oferta de biodiesel nas diferentes regiões e garantir o enfoque da agricultura familiar no processo de produção, o PNPB foi estruturado com base em três estratégias principais: 1) a criação do 'Selo Combustível Social'; 2) o estabelecimento de regime tributário diferenciado para empresas; 3) a realização de leilões públicos de oferta de biodiesel.

O Selo Combustível Social representa um dos principais mecanismos de fomento previstos no âmbito do PNPB. Regulamentada pela Medida Provisória 227/04 e pelo Decreto 5.297/04, a emissão do Selo é feita à empresa de biodiesel inscrita no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) que promover a inclusão social dos agricultores familiares ou pequenos agricultores organizados em cooperativas agrícolas, enquadrados no escopo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O Selo garante assim um tratamento preferencial a empresas industriais que compram matérias-primas de estabelecimentos familiares, oferecendo financiamentos especiais e isenções fiscais em troca da prestação de assistência técnica, da entrega de sementes e de um preço garantido para as empresas rurais (WILKINSON *et al.*, 2008).

Os coeficientes de redução diferenciados da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS beneficiam as empresas de biodiesel fabricado a partir de matérias-primas produzidas nas regiões norte, nordeste e no semi-árido, e/ou as que foram adquiridas de agricultor familiar enquadrado no PRONAF – sendo a redução máxima para ambas as situações em conjunto.

A mamona e o dendê foram incluídos inicialmente como as matérias-primas produzidas pela agricultura familiar, a partir das quais a empresa de biodiesel receberia benefícios fiscais e o Selo. A falta

de produção de ambas as culturas e os problemas estruturais da agricultura familiar, especialmente no Norte, Nordeste e Semi-árido (produtividade baixa, falta de organização, assistência técnica deficitária, falta de boas práticas agrícolas, etc.), ampliaram o leque das matérias-primas, com o objetivo de garantir o caráter social do programa de biodiesel. O estudo realizado ao longo deste trabalho mostra a situação atual destas culturas, privilegiadas na criação do PNPB, tendo como enfoque principal o impacto nas mulheres trabalhadoras rurais envolvidas no seu cultivo.

Frente a uma meta traçada na formulação do PNPB de 200 mil famílias, o ingresso da agricultura familiar no programa parou de crescer e se estabilizou em cerca de 100 mil, “o que já significa 250 mil pessoas, se considerarmos 2,5 indivíduos por família”, segundo Arnoldo de Campos, coordenador nacional do programa do biodiesel do MDA. Por outro lado, o Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da ONG Repórter Brasil afirma em relatório divulgado em setembro de 2008 que apenas 36,7 mil famílias trabalham na cadeia do biodiesel. Das 62 empresas autorizadas para produzir biodiesel no país, apenas 29 têm o selo social. Dessas, a maioria encontra-se no Centro-Oeste, seguido de longe pelo Nordeste, com 11 e 7 empresas respectivamente. Em relação ao total, o Centro-Oeste continua sendo líder (27), seguido pelo Sudeste (14). Não por acaso, a região Centro-Oeste concentra a maior área de soja plantada do país.

Considera-se que no Brasil, 90% do biodiesel produzido provem do agronegócio da soja, pelo que a elevação do preço dessa *commodity* no mercado internacional foi responsável pela elevação em 44% no preço médio do biodiesel. Como consequência, um relatório feito pela consultoria internacional de óleos vegetais Oil World, apontou, recentemente, uma aproximação nos preços dos óleos de mamona e de soja no porto de Roterdã (Holanda), onde a tonelada do óleo de mamona custa US\$ 1.650 e o de soja US\$ 1.550. Apesar de existirem algumas empresas que compram soja de pequenos agricultores – como Caramuru com 401 famílias de Goiás e Fiagril com 250 do Mato-Grosso – a produção de soja é realizada majoritariamente por grandes empresas, com grandes extensões de monocultura.

Com o crescimento das metas legais para a produção de B5 (de 2013 em diante: 2,4 bilhões de litros; antecipação sendo analisada para 2010) e atendimento ao Plano de Aceleração do Crescimento (PAC 2010: 3,3 bilhões de litros) é necessário domínio tecnológico de outras fontes de matéria-prima – oleaginosas convencionais e potenciais, e gorduras animais. Enquanto as espécies convencionais – como soja, girassol, mamona, algodão, amendoim e canola – têm potencial de rendimento de 500 a 1.500 kg/ha de óleo, espécies potenciais (nas quais ainda não se tem domínio tecnológico) de alto rendimento – como o pinhão manso – e palmeiras (macaúba, inajá, tucumã) têm potencial de rendimento de 2 a 5 mil kg de óleo por hectare.

Tabela 4: Produtividade Comparativa de Oleaginosas para a Produção de Biodiesel

Espécie	Origem do Óleo	Conteúdo de Óleo (%)	Ciclo Máximo de Eficiência (anos)	Meses de Colheita	Rendimento (tonelada óleo/ha)
Dendê (Palma)	Amêndoa	20	8	12	3,0 -6,0
Abacate	Fruto	7,0 - 35,0	7	12	1,3 - 1,5
Coco	Fruto	55,0 -60,0	7	12	1,3 -1,9
Babaçu	Amêndoa	66	7	12	0,1 -0,3
Girassol	Grão	38,0 -48,0	Anual	3	0,5 -1,9
Colza/ Canola	Grão	40,0 -48,0	Anual	3	0,5 -0,9
Mamona	Grão	43,0 -45,0	Anual	3	0,6 -0,8
Amendoim	Grão	40,0 -43,0	Anual	3	0,6 -0,8
Soja	Grão	17	Anual	3	0,2 -0,4
Algodão	Grão	15	Anual	3	0,1 -0,2

Fonte: NOGUEIRA L.A.H. *apud* Santos A., 2008.

Referências

BRUMER, A. **Gênero e Agricultura: A Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, nº.1, 205-227, janeiro-abril/2004.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Estatísticas do meio rural 2008**. 3ª edição. Brasília: MDA: DIEESE, 2008.

WILKINSON J., HERRERA S. **Food, Energy and Social Justice**. The New School, 2008.





ESTUDOS DE CASO

A CULTURA DA MAMONA

A mamoneira (*Ricinus communis* L.) é uma oleaginosa de destacada importância no Brasil e no mundo. É uma planta pertencente à família das Euforbiáceas, a mesma da mandioca, da seringueira e do pinhão manso. É originária provavelmente da África ou da Índia, sendo atualmente cultivada em diversos países do mundo, sendo a Índia, a China e o Brasil, nesta ordem, os maiores produtores mundiais.

A semente de mamona é constituída de 75% de amêndoa e 25% de casca.

Seu óleo é uma matéria prima de aplicações únicas na indústria química devido a características peculiares de sua molécula que lhe fazem o único óleo vegetal naturalmente hidroxilado, além de uma composição com predominância de um único ácido graxo, ricinoléico, o qual lhe confere as propriedades químicas atípicas. As suas principais características são: uma alta viscosidade, estabilidade física e química e solubilidade em álcool a baixa temperatura.

Além da vasta aplicação na indústria química, a mamoneira é importante devido à sua tolerância à seca, tornando-se praticamente a única oleaginosa bem adaptada e para a qual se dispõe de tecnologia para cultivo na região semi-árida. Com o início do PNPB, a mamona foi escolhida como uma das oleaginosas fornecedoras de matéria prima para fabricação de biodiesel no Brasil, possibilitando a inclusão social de milhares de pequenos produtores que estão sem opções agrícolas rentáveis. No entanto, esta cultura não é exclusiva da região semi-árida, sendo também plantada com excelentes resultados em diversas regiões do país, desde que se obedeçam a suas exigências climáticas e receba manejo adequado.

A CULTURA DA MAMONA NO ESTADO DA BAHIA – REGIÃO NORDESTE

Com o advento do Programa de Biodiesel do Governo Federal, a mamona projetou-se nacionalmente como a principal alternativa para o Semi-Árido nordestino pela sua importância sócio-econômica. A Bahia é o terceiro maior produtor mundial de mamona, perdendo apenas para China e Índia. Líder nacional deste cultivo, com 80% da produção nacional, a Bahia já plantou 145 mil hectares em 2008, produzindo 125 mil toneladas de mamona, e segundo a notícia publicada no CORREIO DA BAHIA, em 11-08-08, tem por meta chegar à marca de 290 mil hectares e 350 mil toneladas, respectivamente. A tabela, a seguir da Seagri/Suaf, apresenta outros dados para a mamona e, talvez mais importante, aponta para uma estratégia onde a sua importância progressivamente diminui face à promoção de outras oleaginosas – girassol, dendê e pinhão manso.

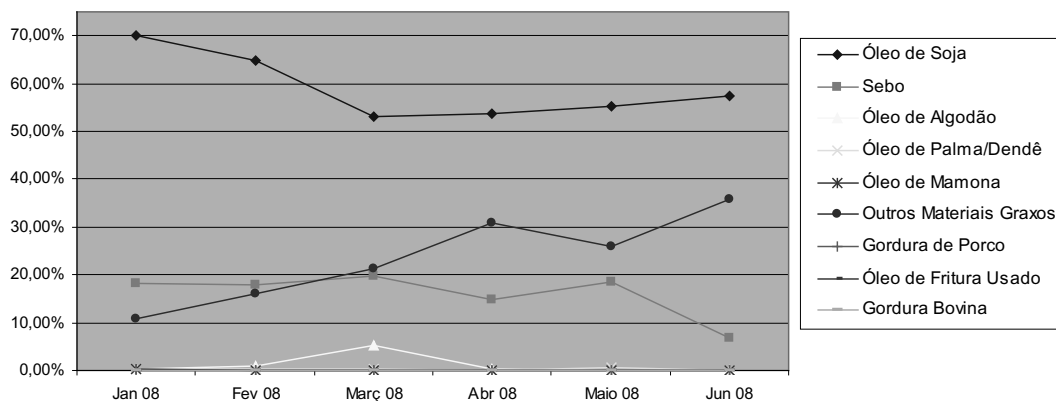
Apesar das expectativas do governo estadual de inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel (tabela 1), dados do MME indicam que o óleo de mamona não está sendo utilizado para a produção nacional de biodiesel (figura 1). Daí a importância da estratégia de diversificação indicada na Tabela 1. Frente ao óleo de soja que representava em janeiro de 2008 cerca de 70% das matérias-primas utilizadas, passando para 57% em junho (sem contar com a mistura com os outros materiais graxos), a mamona ocupava apenas 0,18% da matriz em janeiro, desaparecendo por completo em junho.

Tabela 1: Perspectivas de inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel na Bahia, pelo Governo.

Oleaginosa	Nº. Famílias (2007)	Nº. Famílias (proj. 2010)*	Área plantada (ha – 2007)	Área plantada (ha – proj. 2010)
Mamona	62.000	75.000	100.000	140.000
Girassol	30.743	47.360	30.743	95.600
Amendoim	4.200	18.500	2.800	37.000
Dendê	3.800	8.500	10.500	31.500
Pinhão Manso	00	40.000	00	80.000
Algodão	500	2.500	500	10.000

Fonte: Florêncio (Seagri/Suaf), 2007.

* 30 mil famílias a partir da usina da Petrobrás em Candeias, plantando mamona, girassol, amendoim e dendê (site da Petrobrás, dia 26-09-2008).

Gráfico 1: Matérias-primas utilizadas para a produção do Bio-diesel no Brasil – 2008

Nota: o item “outros materiais graxos” representaria um óleo pré-processado, mescla de outros, entre eles o de soja e o de algodão, segundo as empresas Granol, Biocapital e Bioverde.

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do MME (BIODIESELBR, artigo de setembro de 2008).

A partir da visita de campo realizada na Bahia, pode-se destacar como principal causa do insucesso até o momento do PNPB o descrédito gerado por outros programas do governo e principalmente as iniciativas abortadas da Petrobrás e Brasil Ecodiesel na compra da mamona da agricultura familiar. O técnico agrícola responsável pelo programa na região de Itaetê e Andaraí declarou que o projeto da Petrobrás ficou parado por falta de recursos. Os agricultores entrevistados contam que a escassa produção conseguida neste período de seca, a partir das sementes entregues pela Petrobrás, não foi recolhida pela empresa e, portanto foi vendida aos atravessadores. O preço dos atravessadores foi superior ao concedido pela Brasil Ecodiesel e como conseqüência houve descumprimento de contratos, pelo qual a empresa queria processar o sindicato. Por seu lado, a empresa tampouco cumpriu o acordado e não entregou nem as ferramentas nem os tratores, como conta José Raimundo de Sousa, da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA de Iraquara.

De forma geral, ressaltou-se uma carência de conhecimento sólido por parte do público entrevistado, quanto ao PNPB – suas diretrizes, critérios e estruturação, conforme ressalta uma produtora do Assentamento Itaguaçu – Setor 01 – Sede, que sentencia: “a gente ouviu falar do Programa, só que conhecer mesmo não”.

Outra indicação do fraco impacto do programa de biodiesel na cadeia da mamona é o desconhecimento do destino de sua comercialização. Por um lado, as empresas de biodiesel – Petrobrás e Brasil Ecodiesel – fomentam uma relação indireta com os agricultores familiares. No caso da Petrobrás, a compra da mamona seria realizada através da Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares do Médio Paraguassú e Adjacências da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF, da Cooperativa Regional de Reforma Agrária da Chapada Diamantina (COOPRACD) do MST e da Via Campesina, se o projeto não tivesse sido parado. Por sua vez, a Brasil Ecodiesel compra da Coopraf e vende os grãos para uma empresa em São Paulo, evitando seu uso na produção de biodiesel.

Por outro lado, existem mercados paralelos com melhores preços como: o criado pelo MST no Município de Itaetê, que compra o quilo a R\$ 1,14 em contraposição à Petrobrás, cujo preço é de R\$ 0,91, e à Brasil Ecodiesel, com R\$ 0,62 (R\$ 37,00/saca); e o dos agentes intermediários, variando o preço de R\$ 20,00, em tempo de produção, a R\$80,00 a saca de 60 quilos (R\$ 0,33 a R\$ 1,33/kg) em Nova Redenção, município do Estado da Bahia. Os produtores não sabem a quantidade que é destinada à cadeia do biodiesel, não interage com o programa e direcionam a venda de acordo com o melhor preço existente.

Em relação ao produto final do biodiesel, a ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis inviabilizou a comercialização do B100 de mamona, através da substituição da

Resolução ANP 42 de 2004 pela 07 de 2008. Na ANP 42 diversos parâmetros, como a viscosidade e a densidade, não possuíam valores especificados. Já na ANP 07, estes parâmetros foram especificados com limites inferiores aos apresentados pelo biodiesel de mamona. Por outro lado, a conversão do óleo de mamona em biodiesel também apresenta dificuldades quando comparada com a de óleos convencionais: a reação e a separação da glicerina e do álcool no final são mais difíceis de serem conduzidas, encarecendo o processo (SUAREZ, 23-09-08). Porém, "a adição da mamona ao biodiesel contribui para melhorar a qualidade do produto final", diz Amadeu Neto do Instituto Agrônomo de São Paulo (IAC) (BIODIESELBR, 08-08-08).

Sustentado tradicionalmente pela venda da mamona, o agricultor familiar da Bahia depara-se hoje com: um período de seca severo, que afeta a produtividade de todas as culturas; a burocracia do crédito rural; a falta de assistência técnica, para a melhora das técnicas de produção e a incorporação de práticas sustentáveis e fito-sanitárias; a falta de sementes de qualidade; e a falta de garantia de um preço justo dos grãos, negociado com o agricultor.

O biodiesel, como fonte de energia, precisa ser economicamente acessível a todos os compradores, incluindo os agricultores familiares. Portanto, essa cadeia precisa de matérias-primas de baixo custo. O preço oferecido pelas empresas de biodiesel aos produtores de mamona hoje em dia não pode competir com o de outras indústrias, como as de cosméticos, por exemplo; nem garante o sustento das famílias pouco mercantis do Semi-árido que vendem o excedente da produção, segundo o estudo de CARVALHO *et al.* (2007). Ficou claro durante a visita de campo que incentivos do PNPB são, por si só, insuficientes e que seria necessário construir, de modo sistêmico, uma nova cadeia de produção agroindustrial cujas características técnicas, organizacionais, logísticas e de comercialização são decisivas. Essa percepção pode ser entendida e analisada à luz dos problemas atuais enfrentados pela agricultura familiar nordestina e da concorrência internacional do óleo de mamona.

Ao levar em conta a concepção que os agricultores familiares têm da mamona como a mais importante fonte de renda, não foi possível observar algum impacto na renda das famílias pesquisadas promovido pelas iniciativas do Governo Federal em relação ao biodiesel. Deste modo, não é praticável fazer uma análise de uma conjuntura pré e pós biodiesel. Por outro lado, há um interesse manifesto dessas famílias em conhecer o programa que é entendido como uma possibilidade de obter apoio técnico e acesso a crédito para o incremento da produção agrícola, que pode incentivar a produção e o beneficiamento da mamona.

O papel da mulher na produção de mamona

“Hoje, a mulher nordestina faz a roça como qualquer homem. Quando tem mamona, ela sustenta a família com ela. Hoje, a mulher não é mais aquela... que o homem é que decidia por ela. Hoje, mesmo no meio rural, ela está botando o pé no chão dizendo *é a gente que quer*”, conta Roberto dos Santos, da EBDA de Andaraí.

As mulheres, como amplamente discutido na literatura sobre o mundo rural que contempla a abordagem de gênero, são as responsáveis pelo trabalho doméstico nas propriedades. A divisão do trabalho nessas comunidades visitadas abraça a lógica da concentração da mulher nos afazeres domésticos, em atividades como, por exemplo, cozinhar, lavar e cuidar dos/as filho/as. A jornada de trabalho, assim, vê-se duplicada pela participação expressiva na produção de subsistência, com a mulher dividindo o seu tempo entre o trabalho de casa e da lavoura.

Neste sentido, a relação da mulher com a mamona segue a tradição pela qual todos os membros da família colaboram na cadeia de produção em função da necessidade de mão-de-obra. Não obstante, caso não seja necessária a colaboração em todas as etapas, mulheres e crianças se responsabilizam pelo trabalho menos exigente em força física, como a atividade de “soprar” (retirar a casca dos grãos com uma peneira). Outra diferenciação refere-se ao uso do dinheiro obtido com a venda: “o homem faz a feira e a mulher cuida mais da casa” contam agricultores do Assentamento Itaguaçu Setor 01 Sede, entre outros da região.

Figuras 1: Maria de Lurdes Santos, agricultora, no quintal de sua pequena propriedade no Assentamento Itaguaçu – Setor Peruca.

Fotos: Vivian Costa





Figuras 2: Mulheres produtoras de mamona do Assentamento Itaguaçu – Setor 01 – Sede e Marinalva Almeida, agricultora do Assentamento Itaguaçu – Setor Peruca.
Fotos: Vivian Costa

Ao serem confrontadas com as situações do cotidiano, observou-se que as mesmas demonstram “naturalizar” o papel que lhes é atribuído na divisão sexual do trabalho, corroborando com a invisibilidade de seu trabalho produtivo reforçando, nessa forma, a centralidade do trabalho reprodutivo. Como exemplo, ao ser perguntada sobre o que fazia, uma mulher do Assentamento Rio Utinga, disse que “não fazia nada”, porém, na realidade, tinha 12 filhos e cuidava da casa.

Com o aumento do período de seca nos últimos anos, a produção agrícola e, portanto, o trabalho no campo diminuiu. Em consequência, o papel da mulher dentro da família vem sendo afetado. Por um lado, “as mulheres antes eram mais independentes. Agora ficam em casa esperando que o homem traga dinheiro”, como relatam no Assentamento Itaguaçu Setor 01 Sede. Por outro lado, mais mulheres estão tendo que assumir o controle total da casa e da propriedade devido ao forte êxodo rural dos homens provocado pela falta de produção. José Raimundo de Sousa, da EBDA de Iraquara, conta que entre 20 a 40 pessoas saem da região por semana em direção a São Paulo, quando a perspectiva de safra é ruim.

Observamos entre as entrevistadas uma maior participação nas negociações e na comercialização na cadeia da mamona, um comportamento que se desvia do comportamento tradicional da mulher no mundo rural, e permite maior acesso à renda gerada pela mamona. O processo de transformação no meio rural trouxe uma mudança expressiva na organização familiar tradicional que permitiu a observação de uma maior participação das mulheres como chefes de família e seu papel chave no processo da produção.

A função da mamona no cotidiano da mulher

A mamoneira (*Ricinus communis* L.) é cultivada tradicionalmente em quase todo o Estado da Bahia, onde essa cultura assume um importante papel sócio-econômico, prevalecendo a força de trabalho familiar, que explora pequenas áreas em regime de sequeiro e consorciado. Realizada com recursos próprios, essa cultura exerce um importante papel de moeda de troca direcionada, antes de tudo, à garantia do sustento familiar. “No mercadinho, o agricultor troca por mercadoria. (...) Também pode chegar ao atravessador e pedir o dinheiro de 5 sacos de mamona, por exemplo. Ele mete a mão no bolso e entrega o dinheiro. Depois de 10-15 dias, [o agricultor] colhe a mamona e abaixa a dívida”, conta José Raimundo de Sousa, da EBDA de Iraquara. “A mamona é como se fosse uma moeda”, explica Roberto dos Santos, da EBDA de Andaraí.

Essa prática garante certa autonomia econômica e financeira a todos os membros da família, desde as crianças que a colhiam como brincadeira e recebiam um dinheirinho, aos pais de família que sustentavam o grupo.

“Com a mamona é diferente do feijão: toda semana você tem o que colher pouco ou muito”, disse Roberto Rodrigues dos Santos, da EBDA de Andaraí.

“Quando chove, a mamona dura até 2 anos. (...) A melhor ajuda que a gente tinha era a mamona”, conta Maria de Lurdes Oliveira Santos, do Assentamento Itaguaçu – Setor Peruca.

Hoje, para as trabalhadoras rurais dos assentamentos visitados, a mamona continua a ter importância fundamental e vigorar como moeda de troca na garantia do sustento familiar e na geração de uma maior autonomia econômica. Além de gerar recursos financeiros, essa autonomia econômica é muito importante para a mulher na medida em que a permite se desvincular da sua identidade exclusivamente doméstica e que se envolva na dinâmica da produção.

O cultivo, embora não tenha apresentado um satisfatório desempenho produtivo, além de manter o agricultor no campo, continua sendo uma cultura amplamente trabalhada pelas mulheres. E são elas, agricultoras familiares, as grandes defensoras da mamona justificando que com a escassez de chuvas esta produção é ainda a única capaz de gerar renda. O cultivo de mandioca, feijão e milho – amplamente citados – podem ser absolutamente comprometidos, enquanto o da mamona não. Em 2008, por exemplo, destacou-se que a mamona foi a única safra obtida devido aos revezes causados pela seca na região.

Podemos concluir, então, que para as mulheres que se beneficiam da venda da mamona, esta se constitui em uma renda complementar e por vezes, no caso de situações específicas, a única fonte de renda familiar. Mesmo com a escassez de chuvas, crédito e melhores preços para sua comercialização, a mamona – atividade histórica e dominante na região – representa ainda o mecanismo que assegura a subsistência dessas agricultoras, e das suas famílias, funcionando como um coringa que pode ser utilizado em momentos de necessidade. Diante de um leque de problemas enfrentados, essas mulheres continuam a apostar nela as suas fichas.

Peculiaridades observadas no sistema de produção em relação às mulheres

No âmbito produtivo da mamona, a força de trabalho é familiar. Todos os membros da família, incluindo mulheres e crianças participam da mesma. Mas como o cultivo dessa oleaginosa se destina também ao auto-consumo, a mulher pode se utilizar desse recurso da maneira que melhor julgar, sem consentimento dos outros membros da unidade familiar já que não é o principal foco produtivo. Nesse sentido, compreende-se a percepção da mamona pela mulher como um importante instrumento de geração de renda e certo grau de autonomia econômica.

Deve-se destacar também outra fonte de renda essa vez fora do âmbito produtivo. Trata-se do grande valor dado pelas mulheres entrevistadas nos assentamentos de reforma agrária aos programas sociais do governo que contribuem fortemente para a sustentabilidade das famílias na medida em que atuam como uma complementação das cadeias produtivas na área de sequeiro.

IMPACTO DO CULTIVO DA MAMONA NA SAÚDE

O impacto da mamona na saúde dos agricultores parece corresponder ao de outros cultivos de baixo ou médio porte cuja colheita é feita manualmente. Especificidades da cultura referem-se à presença de espinhos na casca e à toxicidade de algumas partes da planta para o gado. Durante a primeira hora do dia, os espinhos estão “moles”; enquanto a partir das 10h da manhã, eles começam a machucar; conta um agricultor do Assentamento de Itaguaçu Sede 01.

Interação dos programas públicos existentes na região e o PNPB

Hoje, outros benefícios como a previdência social rural e os programas sociais do governo federal de transferência condicional de renda – o Programa Bolsa Família (que destina somas entre R\$ 18,00 e R\$ 112,00 a famílias de baixa renda) e o Programa Bolsa Escola (destinado a famílias de jovens e crianças de baixa renda para que os mesmos freqüentem a escola regularmente) – influenciam de modo determinante a renda rural, chegando até a representar o principal meio para a sobrevivência de algumas famílias rurais nos assentamentos visitados.

Em estudo realizado em 2006, sobre o emprego rural, Schneider assinala o impacto da Bolsa Família na composição da renda dos pequenos estabelecimentos agrícolas. “Uma análise geral indica que a renda agrícola representa em torno de 50% da renda total das famílias de conta-própria domiciliados no meio rural do Brasil, a renda não-agrícola representa 17%, as aposentadorias quase 23% e as outras rendas em torno de 9%. Entre 2001 e 2004, somente o grupo das outras rendas, que inclui as transferências do governo federal como o Bolsa Família (mas também juros e dividendos), registrou aumento relativo de 8,5% para 9,3%. A Região Nordeste registra estagnação em quase todas as fontes de rendas, com exceção das outras rendas, que passam de 11,5% em 2001 para 13,6%, na proporção sobre a composição do rendimento total. A proporção das demais fontes de renda na renda total indica que a renda agrícola representa algo em torno de 42% (reduzindo-se de 43% em 2001 para 41,6% em 2004), a renda não-agrícola contribui com 16% e as aposentadorias com 29%”.

Quanto ao crédito, as famílias entrevistadas são atendidas pela modalidade PRONAF A – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – que tem como público alvo os produtores/as assentados/as da reforma agrária ou beneficiários/as do Programa do Crédito Fundiário, em suas distintas modalidades, por meio do Banco do Nordeste (órgão federal de fomento), para custeio, investimento e comercialização. Mas a exigência de garantia de capital alheio dificulta o acesso do pequeno produtor, devido ao alto grau de inadimplência.

No que se refere aos sindicatos, todos os relatos destacam o seu papel de facilitar o acesso a documentos e programas do governo, assim como benefícios como a aposentadoria rural. Quando questionados sobre o papel do sindicato na discussão da conjuntura das experiências agrícolas e de problemas da comunidade, da região e do país, não houve nenhuma menção positiva nesse sentido. Tampouco há algum registro da constituição de grupos de mulheres na discussão de temas específicos que as concernem.

Tabela 6: Território da Chapada Diamantina. Demanda de crédito nas linhas do PRONAF

Município	Agricultores familiares (número)				Demanda de Investimento – Plano Safra 2008/2009 (R\$ 1,00)					
	Assentados	Grupo B	Demais	Total	Grupo A	Grupo B	Faixas I a IV	Mulher	Jovem	Sub-total
Andaraí	652	383	991	2.026	1.956.000	229.800	1.189.200	82.440	123.660	3.585.152
Iraquara	120	1.408	862	2.390	360.000	844.800	1.034.400	136.200	204.300	2.584.480
Itaetê	774	124	418	1.316	2.322.000	74.400	501.600	32.520	48.780	2.981.932
Lençóis	129	265	110	504	387.000	159.000	132.000	22.500	33.750	735.258
Marcionílio Souza	604	34	532	1.170	1.812.000	20.400	638.400	33.960	50.940	2.558.040
Mucugê	0	602	575	1.117	0	361.200	690.000	70.620	105.930	1.230.104
Seabra	0	1.965	1.348	3.313	0	1.179.000	1.617.600	198.780	298.170	3.300.176
Utinga	112	302	415	415	336.000	181.200	498.000	43.020	64.530	1.124.408

Fonte: (Seleção das regiões visitadas) Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, Bahia.

Programas da SUAF – Superintendência da Agricultura Familiar. SEAGRI – Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia

Programa Juventude Camponesa

Programa Garantia Safra

Programa Semeando

Programa Sertão Produtivo

Programa Bio-sustentável

Programa UNIATER

Programa SECAF – Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar

Programa Mata Verde

Programa São Francisco

Programa Habitar com Cidadania

PRONAF MULHER

Entrevista com a gerente de suporte a negócios PRONAF do Banco do Nordeste, no município de Andaraí, Luciene Barbosa do Carmo.

O banco cortou créditos à mamona no que tange ao investimento e custeio devido ao alto grau de endividamento dos agricultores/as. Nesse contexto, insere-se o acesso ao PRONAF Mulher – apoio financeiro ao atendimento de propostas de crédito de mulher agricultora – pelo fato da análise desta modalidade estar sujeita à análise do PRONAF Convencional, concedido à família. Somado a falta de conhecimento em torno desta modalidade específica, são as dificuldades chamadas pelos agricultores/as de “burocráticas” que dificultam a participação e o acesso da mulher às políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar no país. No universo retratado pela gerente de suporte a negócios, em 10 municípios atendidos pelo Banco do Nordeste, há mais de 11.000 operações no âmbito do PRONAF, sendo apenas 83 operações correspondentes ao PRONAF Mulher.

Na modalidade PRONAF Jovem, relatou-se uma situação na qual estes tampouco conseguem financiamento por causa dos empréstimos concedidos aos pais.

Luciene do Carmo relata também que os técnicos do banco sugerem o Pinhão Manso como cultivo propício ao biodiesel já que argumentam ser a mamona inviável.

A FETRAF E O PROGRAMA DO BIODIESEL

Entrevista com o técnico em agropecuária da FETRAF, José Robson Oliveira, “Rubinho”, responsável pelo programa na região de Andaraí e Itaetê

A FETRAF tem dois projetos distintos relacionados com o biodiesel: o convênio com a Petrobrás-Fome Zero, para operacionalizar o projeto, e o Programa de Formação de Multiplicadores de oleaginosas .

O *Programa Petrobrás-Fome Zero – Agricultura familiar com ênfase no biodiesel* intenciona desenvolver atividades de apoio às famílias de baixa renda, no entorno das usinas da Petrobrás, para o plantio de oleaginosas com vistas à produção de biodiesel, assim como estimular a criação e o fortalecimento de cooperativas, a gestão técnica da cadeia de produção e o foco na comercialização (site da Petrobrás, 29-09-08)

Na Chapada Diamantina, pretendeu atender, através da FETRAF, 300 famílias, com assistência técnica, preparo do solo, distribuição das sementes e contrato de compra e venda da produção, respeitando as culturas alimentícias (milho, feijão, amendoim, mandioca...) através de um pacote fechado que contem uma oleaginosa para combustível e uma cultura alimentícia. Para o ensino da cultura da mamona, a Petrobrás assinou um convênio com o Instituto de Formação e Assessoria Sindical Rural (Ifas) no valor de R\$ 4 milhões, que acabou sendo anulado por problemas internos deste último.

O que foi feito: cadastro das famílias, preparo do solo de uma parte delas, distribuição de sementes, reuniões nas comunidades, seminários sobre o tema e criação de uma cooperativa regional.

O *Projeto de Formação de Multiplicadores de oleaginosas* da Fetraf permitiu conduzir o conhecimento das culturas oleaginosas a 15 famílias por município. O articulador formado passou a ser o agente mobilizador do programa do biodiesel.

Impacto observado do programa de biodiesel nos agricultores familiares: “Na Chapada, o produtor está vivendo um momento novo com a assistência técnica. Até hoje não tinha. Hoje ainda é restricto.” Além disso, “tiveram a terra beneficiada sem custo; sementes sem custo.” Mas “não conseguimos todos os nossos objetivos”. “Trabalhar o coletivo é difícil aqui.” “O problema da agricultura familiar ainda é a assistência técnica”. “Hoje, o projeto do biodiesel na Chapada está parado”.

A cultura da mamona e a segurança alimentar

A mamona foi objeto de grande propaganda do governo federal com a promessa para o biodiesel sendo apresentado como a salvação da agricultura familiar. Uma cultura de manejo difícil, sobretudo pela dificuldade da mecanização, sua resistência à seca atende de maneira satisfatória às necessidades dessa região castigada pelas adversidades climáticas. Com o baixo rendimento e a falta de garantia das lavouras tradicionais, o cultivo tem assumido mais ainda papel de suma importância como instrumento na reprodução econômica e social de várias famílias rurais. Em dadas conjunturas, constitui-se como fonte de renda exclusiva.

Com o desempenho produtivo pouco satisfatório dos últimos anos, a cultura da mamona tem representado apenas um complemento de renda. Apesar de tudo, os agricultores familiares, particularmente as agricultoras, são grandes defensores desse cultivo justificando que com a escassez de chuvas esta produção é ainda a única capaz de gerar renda, já que o cultivo de mandioca, feijão e milho podem ser absolutamente comprometidos, enquanto o da mamona não. “Mesmo com baixa produção, porque os índices pluviométricos não estão contribuindo, as pessoas sobrevivem [da mamona]”, explica Roberto da EBDA de Andaraí. No corrente ano, destacou-se que a mamona foi a única safra obtida devido aos revezes causados pela seca na região.

Complementando o sustento familiar e gerando renda no campo, a mamona contribui à segurança alimentar já que é plantada de modo geral em sistema de consórcio com outros cultivos, como o feijão e o milho. No âmbito do projeto de inserção da cadeia da mamona no beneficiamento do óleo

Figura 3: Mamona no quintal de Maria de Lurdes Santos e Plantação de mamona no Assentamento Itaguaçu Setor Peruca.
Fotos: Vivian Costa



para o biodiesel, hoje o controle da produção permanece sob o comando dos agricultores, pois não há contratos de comercialização fechados com empresas do biodiesel, e pode continuar a ser utilizada como moeda de troca. Pudemos observar, inclusive, que há agricultores que armazenam o produto em suas próprias propriedades, como no caso de agricultoras do um dos Assentamentos visitados.

Esse poder de manobra é fundamental para garantir o auto-consumo através da aquisição, via troca, de distintos gêneros alimentícios que não são produzidos na unidade familiar, assim como de outros itens necessários.

Conclusões

A percepção do governo federal da mamona como uma grande alternativa para inserir a agricultura familiar na produção de biodiesel não achou respaldo nas empresas de esmagamento. Cultura de suma importância para a economia do semi-árido nordestino, onde estão localizadas as regiões da Chapada Diamantina e de Seabra, visitadas para a realização da nossa pesquisa, o destino da produção e a renda gerada por esse cultivo não sofreram alterações com as perspectivas trazidas pelo Programa de Biodiesel.

Ao destacar a carência de políticas públicas agrícolas quanto à concessão de sementes de qualidade, assistência técnica e extensão rural, crédito e garantia de preço e safra, as comunidades locais que no início se mostraram otimistas com o Programa, embora não tinham muito conhecimento sobre o mesmo, se voltam para a mamona como um seguro alimentar tradicional e continuam praticando sua comercialização diretamente com o atravessador, os habituais compradores da região que revendem a oleaginosa para a indústria de óleo de rícino. Sem o estabelecimento de um mercado local para o cultivo, essa intermediação continua a incidir negativamente na renda do pequeno produtor que tem a cotação de sua produção subordinada e ditada pela ação destes indivíduos.

Muitos, que tiveram acesso ao Programa através da mediação do sindicato, e firmaram contratos com uma empresa produtora de biodiesel, abandonaram os mesmos alegando descumprimento de cláusulas por parte desta. Deste modo, a plantação da mamona volta a ter como destinatário seu mercado original, indústria química, e continua sendo utilizada como moeda de troca, elemento central para a sobrevivência das famílias que exploram outros cultivos de forma consorciada.

Alguna melhoria de renda e das condições de vida da população pode ser analisada sob a luz da ação dos programas sociais do governo federal, não sendo possível vincular aqui a abordagem da pro-

dução do biodiesel. Com o atual insucesso do PNPB na região, que gerou certas expectativas naqueles assentamentos que foram escolhidos para a implantação de projeto com a Petrobras, os programas sociais se tornaram referência maior para essas comunidades rurais que julgam não estarem mais tão subordinadas às condições climáticas e de rendimento com as colheitas para seu sustento. Com a falta de incentivos públicos, ou dificuldades em acessá-los, destinados diretamente à atividade agrícola, as transferências de renda garantem, numa conjuntura de adversidade muito ressaltada pelos entrevistados, um mínimo para o sustento familiar. Mas vale sublinhar que essas políticas fazem parte de um contexto de complementação à produção local, em grande parte, principalmente para as mulheres no complemento da renda doméstica.

Em alguns casos, ao contrário, dá-se uma forte dependência por parte dos agricultores aos programas governamentais que acaba se transformando num obstáculo para a implementação de alternativas produtivas que gerem uma renda mínima adequada.

Não cabe, desse modo, nenhuma afirmação quanto aos impactos diretos do mercado de biodiesel na agricultura familiar das regiões visitadas. O que podemos ressaltar é que nesta amostra composta, sobretudo, por pequenas propriedades de assentados do programa de reforma agrária, faz-se necessário um conjunto de políticas públicas para promover a produção agrícola da unidade familiar como uma estratégia para impulsionar condições realistas de sustentabilidade e reduzir sua vulnerabilidade e fragilidade em contextos de insegurança alimentar, decorrentes de condições ambientais e também sócio-culturais.

Neste âmbito, é de suma importância a participação efetiva da mulher nos rumos dados à política agrícola no âmbito da agricultura familiar do semi-árido baiano desde ações que envolvam a produção, às atividades não-agrícolas até à organização social, já que a mulher rural vai se tornando visível na luta pelos seus direitos sociais ao abandonar o papel coadjuvante historicamente construído a partir do patriarcalismo que antes determinava a sua participação tanto no lar quanto na roça.

Referências

BIODIESELBR. **Notícia: Alta viscosidade da mamona é vantagem, problema está no campo.** Agosto de 2008. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/noticias/bio/alta-viscosidade-mamona-vantagem.htm>.

BIODIESELBR. **Notícia: Governo divulga informações sobre as matérias-primas do biodiesel.** Setembro de 2008. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/noticias/bio/mme-divulga-informacoes-materias-primas-biodiesel-03-09-08.htm>.

CARVALHO, René Louis de ; POTENGY, G. ; KATO, K. **PNPB e sistemas produtivos da agricultura familiar no semi-árido: oportunidades e limites.** In: VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de produção, 2007, Brasília. Anais do VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2007.

CORREIO DA BAHIA. **Notícia: Bahia é terceiro maior produtor de mamona do mundo.** Bahia, 11 de agosto de 2008.

FLORENCIO, A. **Capacidade da Agricultura Familiar responder às demandas requeridas da produção de biodiesel.** Seagri/Suaf – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária / Superintendência da Agricultura Familiar, 2007. Disponível em http://www.bioenergy-world.com/americas/2008/IMG/pdf/Ailton_Florencio_-_SEAGRI.pdf

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar e Emprego no Meio Rural Brasileiro: Análise Comparativa das Regiões Sul e Nordeste.** Parcerias Estratégicas, n. 22, p. 217-244, jun. 2006.

SUAREZ, P. A. Z.. **Estaremos vendo o fim do cultivo de mamona?** 23 de setembro de 2008. <http://www.biodieselbr.com/colunistas/suarez/estaremos-vendo-fim-cultivo-mamona-24-09-08.htm>

Agradecimentos

Juliana da Fetraf.

Roberto Rodrigues dos Santos, da EBDA de Andaraí.

José Raimundo de Sousa, da EBDA de Iraquara.

Assentamento Utinga.

Assentamento Itaguaçu – Setor 01 – Sede

Marinalva Almeida Santos, do Assentamento Itaguaçu – Setor Peruca.

Maria de Lurdes Oliveira Santos, do Assentamento Itaguaçu – Setor Peruca.

Luciene Barbosa Rosas do Carmo, gerente de suporte a negócios Pronaf do Banco do Nordeste.

Manuel, “Santinho”, produtor de Iraquara.

O DENDÊ

A cultura de dendê (*Elaeis Guineensis* Jacq.) foi introduzida no Brasil por escravos africanos no início do século XVII, dando origem aos dendezaís subespontâneos no litoral bahiano. Voltada, essencialmente, para a subsistência de famílias pobres do litoral nordestino, o primeiro cultivo planejado iniciou-se na década de 60 no Estado do Pará por iniciativa da então Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), com a colaboração do *Institut de Recherches pour les Huiles et Oleagineux* (IRHO), situado na França. Esta experiência pioneira foi replicada em outros estados da Amazônia (Amazonas, Amapá e Roraima) e na Bahia, atraindo investimentos privados e impulsionando a implementação de programas de desenvolvimento regional com base no plantio desta oleaginosa.

O dendê (palma africana) se destaca pelo elevado valor comercial para o setor de alimentos, visto que o óleo obtido é livre de gorduras ‘trans’ e, portanto, ideal para a produção de biscoitos, margarinas, óleo de cozinha, cremes vegetais etc. O óleo de palma possui também grande valor para a indústria química (ex.: produção de detergentes) e de cosméticos, em virtude da existência de carotenóides (betacaroteno) em sua composição e por possuir quantidades significativas de antioxidantes. A alta produtividade da espécie é outra vantagem comparativa. Após 7 a 8 anos de cultivo, a produtividade pode chegar a 25 toneladas de cachos de frutos frescos por hectare, o equivalente a 5 toneladas de óleo por hectare plantado.

Os maiores plantios de óleo de palma estão localizados no sudeste asiático (Malásia, Indonésia, Tailândia e Papua Nova Guiné), oeste da África (Nigéria e Costa do Marfim) e América do Sul (Colômbia, Equador e Brasil). A Malásia concentra 46% da produção de óleo de palma (3,4 milhões de hectares plantados), seguido da Indonésia, com pouco mais de 39% (3,3 milhões de hectares). No total, estima-se que a área mundial cultivada com dendê seja de pouco menos de 9 milhões de hectares, ou 10% da área total ocupada com o plantio de soja.

O dendê constitui uma cultura perene, com início de produção em escala comercial 4 anos após o plantio. A maturidade da produção é atingida entre o 7º e 12º anos, dependendo do processo de adubação/fertilização e da própria qualidade agroclimática da região em questão. O dendê pode ser explorado até 25 a 30 anos, quando então as plantas tornam-se muito altas para a

extração dos frutos, acarretando em custos elevados de coleta para a área. A maioria das áreas de cultivo planejado no Brasil está em estado intermediário de exploração. A colheita é realizada durante todo o ano, se concentrando especialmente nos meses de outubro a janeiro. A palmeira tem produção contínua e o ponto de maturação dos cachos ocorre num intervalo de tempo muito curto. Os cachos, se colhidos verdes têm pouco teor de óleo e, se colhidos maduros demais aumentam a acidez do óleo. Após o término da colheita, os frutos são transportados até o centro de processamento da Agropalma.

A CULTURA DO DENDÊ NO ESTADO DO PARÁ – REGIÃO NORTE

O papel da mulher na produção de dendê

A experiência mais marcante da produção de dendê a partir da agricultura familiar vem do sistema produtivo da Agropalma.

O Projeto de Agricultura Familiar para o plantio de dendê, desenvolvido pela Agropalma a partir de 2001, foi criado com o objetivo de promover o desenvolvimento regional a partir da estruturação da atividade produtiva do dendezeiro em pequenas propriedades rurais. O projeto, ampliado ao longo do tempo com a inserção de novas comunidades, conta hoje com 150 famílias produzindo dendê em lotes doados pelo ITERPA – contíguos às plantações da Agropalma – e 32 famílias assentadas pelo INCRA – a 20 km de distância. Para o seu pleno desenvolvimento o projeto contou ainda com o apoio da Prefeitura de Mojú, do Governo do Estado do Pará (EMATER, SAGRI e ITERPA), do INCRA e do Banco da Amazônia (BASA). Com as primeiras parcerias, a empresa obteve o Selo Combustível Social para a produção de biodiesel. Em contrapartida, ocasionou um acréscimo considerável no nível de renda da população de 80% em média.

Para estudar o impacto da cultura do dendê nas mulheres trabalhadoras rurais, visitamos a comunidade Água-Preta no assentamento Calmaria II, a última a ser incorporada no projeto, em

Agropalma

O Pará é responsável por mais de 90% do óleo de Palma produzido no Brasil. O cultivo de palma tem considerável participação na arrecadação de receitas por parte do estado. Segundo dados da Secretaria Estadual de Agricultura, cerca de 50% do PIB agropecuário do Pará está concentrado nas regiões de Acará e Mojú, grandes pólos produtores da oleaginosa no sul do estado.

A Agropalma é a maior empresa brasileira no setor, produzindo 75% de todo o óleo de palma nacional. O Grupo é, atualmente, líder na produção e extração destes produtos na América Latina, dominando toda a cadeia de produção (da produção de sementes até a comercialização de gorduras vegetais para o setor de alimentos). O Grupo AGROPALMA iniciou suas operações em 1982, no município de Tailândia, através do plantio de dendê e extração simplificada de seus principais produtos: o óleo de palma e palmiste.

A grande vocação agrícola, aliada à significativa experiência do Grupo AGROPALMA, possibilitou a instalação da primeira usina de biodiesel na região norte, com capacidade instalada de 24.000 m³/ano. A produção de biodiesel é feita a partir de ácidos graxos retirados do óleo de palma durante o processo de refino, através de uma esterificação por catálise heterogênea. O cultivo do óleo vegetal conta ainda com a participação de agricultores familiares cadastrados no PRONAF, o que possibilitou à empresa a obtenção do 'Selo Combustível Social em 2005.

Localizada na meso-região Nordeste do Estado do Pará, a empresa possui propriedades nos municípios de Acará, Tomé-Açu, Mojú e Tailândia, compreendendo uma área total de aproximadamente 107 mil hectares de terra, dos quais 64 mil são reservas florestais e 36 mil ha são plantações de palma africana, sendo aproximadamente 4 mil de palma orgânica. O Grupo AGROPALMA possui 5 fazendas, 5 Unidades de Extração de Óleo Bruto e uma Refinaria, dentre outras iniciativas. Também tem contrato com produtores independentes em 3 mil ha de dendê e com produtores associados em 1.452 ha.



Figuras 1: Plantação de dendê (esquerda) e cachos de dendê na palmeira (centro) e na caçamba (direita). Fotos: S. Herrera.

2005. O assentamento Calmaria II era uma fazenda abandonada e invadida há mais de 15 anos, que o INCRA legalizou em 1998, dividiu em lotes de 20 a 100 hectares e distribuiu para 400 famílias. Dessas, 32 famílias, da Associação dos Moradores e Pequenos Agricultores Rurais da Comunidade Água-Preta, plantam dendê em seis hectares cada uma, com o compromisso de só explorar os espaços já desmatados. A Agropalma é o comprador exclusivo da produção, durante os 25 anos da plantação. O contrato é aberto, pois não tem política de preço mínimo e segue os preços do mercado internacional e a cotação do dólar. Para dar início à plantação, cada família recebeu um financiamento vindo do BASA (R\$ 15.082,50) e outro da Agropalma (aproximadamente R\$ 7.000, segundo as entrevistas). Com isso, os agricultores devem fazer a limpeza da área e da coroa, todos os tratamentos necessários para o plantio, comprar as mudas (R\$ 7 cada uma, vendida pela Agropalma), o material de colheita, pagar o frete da primeira colheita¹ e tudo o que o agricultor solicitar à empresa para a produção. A partir da primeira colheita, parte da remuneração dos pequenos agricultores, obtida da Agropalma em função da produção entregue, é automaticamente retida pelo BASA para o pagamento das dívidas geradas, garantindo, assim, a continuidade do investimento. A assistência técnica é dada pela Agropalma em parceria com o governo mediante a EMATER.

¹ A partir da segunda colheita, o frete é responsabilidade do agricultor. Aqui entra a associação que organiza o transporte por caminhão e reduzir os custos.



Figuras 2: Mulheres participando da primeira colheita (esquerda) e do transporte de cachos de dendê (direita). Fotos: S. Herrera

Segundo a experiência na Agropalma de Delival, técnico agrícola da prefeitura de Mojú, a cultura do dendê emprega, em média, uma família de 2 filhos em 10 hectares de dendê junto com 2 hectares de outras culturas. Durante a visita, nos foi relatado que as mulheres participam de toda a cadeia de produção do dendê: desde a limpeza da área e das coroas até a colheita e o transporte dos frutos.

Apesar de a mulher continuar tendo, pelo menos, uma dupla jornada de trabalho (sendo dona de casa e agricultora), o sucesso demonstrado pelas primeiras comunidades envolvidas no projeto da Agropalma incita as mulheres e o resto da família a quererem plantar dendê: tanto como novos produtores como ampliando a área de produção. “Estamos achando que o dendê vai dar mais uma força no nosso orçamento”, explica Raimunda Elineusa Alves da Costa, presidenta da Associação dos Moradores e Pequenos Agricultores Rurais da Comunidade Água-Preta. “É o futuro que nós estamos enxergando, porque temos um compromisso com a Agropalma de 25 anos. (...) É um produto garantido. Eu já fiquei sem comprar a comida para casa para manter [o plantio]”, completou um agricultor.

O contentamento dos produtores de dendê do assentamento Calmaria II vem sendo ameaçado pelo interesse de grandes empresas na produção de dendê. Durante os anos 80 e 90, o Estado do Pará concedeu terras a companhias que quisessem plantar dendê na região. Hoje, o Sindicato dos

Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Mojú está conseguindo colocar travas à compra de terras ocupadas ou pertencentes a agricultores familiares, como combate ao êxodo rural vivido nos últimos anos. Apesar disso, novas indústrias continuam se apropriando de terras na região, forçando de alguma maneira a expulsão dos pequenos agricultores que acabam sendo assalariados destas mesmas indústrias, como é o caso denunciado da Biopalma (canadense). A conversão de agricultores para assalariados implica uma mudança drástica das condições de vida das famílias, que perdem os meios de sobrevivência que a agricultura familiar proporcionava, como pequenos animais domésticos, culturas de subsistência, além de alguma renda complementar.

A função do dendê no cotidiano da mulher

O dendê foi implementado recentemente na agricultura familiar da região de Mojú e o seu impacto no cotidiano das famílias pode ser tratado seguindo duas vertentes: o agricultor familiar assalariado e o agricultor familiar produtor de dendê. No primeiro caso, as mulheres contratadas para trabalhar nas plantações próprias da Agropalma, se dedicam principalmente à cata dos frutos caídos no chão durante a colheita das palmeiras. Elas moram em centros urbanos e, muitas vezes, pertencem a uma família de agricultores que venderam a terra que cultivavam. O STTR de Mojú alerta sobre este êxodo rural que provoca a inchação das cidades e conseqüentes problemas de assistência básica (saúde, educação, etc.). No segundo caso, o dendê se insere na renda familiar mediante a venda dos frutos produzidos no terreno familiar.

É importante observar que a cultura do dendê apresenta uma produção distribuída ao longo do ano, não existindo picos de produção que acarretem em concentração e conseqüente desmobilização de agricultores. Não obstante, o período de maior produção (de outubro a janeiro) assim como de limpeza necessitam um maior número de trabalhadores. Em plantações familiares, estes períodos exigem uma maior participação das mulheres e dos filhos.

Neste caso, a mulher representa para a cultura dendê uma mão-de-obra de reserva caso o trabalho na plantação o exija, assim como os filhos. O mesmo foi observado na Bahia, na cultura da mamona, ou em outras culturas como a mandioca no mesmo assentamento. Portanto, o dendê representa para a mulher que participa do plantio mais uma tarefa diária, além de ser dona de casa e de se ocupar dos filhos, de outras culturas de subsistência, de animais domésticos e, em várias ocasiões, das atividades da igreja.

Durante a visita, observou-se como a igreja católica representa mais uma obrigação nas tarefas da mulher. Um grupo de mulheres colhia pimenta para construir uma igreja de alvenaria, renunciando às atividades geradoras de renda da própria família. Tal atividade reforça a idéia de que a mulher tem uma função de ajuda na lavoura. Não obstante, mantém a obrigação de cuidar da casa, como ressaltaram as mesmas agricultoras, para alimentar os seus parentes.

O reflorestamento

A cultura do dendê teve como função o reflorestamento de áreas desmatadas pela busca tradicional de terras produtivas (melhores solos) por parte dos agricultores familiares, que recorrem à agricultura de derrubada seguida de queimada. “A tradição na região é desmatar para fazer roça”, disse Raimunda. A continuação do desmatamento não é, porém, uma escolha, senão uma falta de oportunidades, segundo os agricultores. “Desde o ano passado, dizemos que se tivéssemos uma ajuda do governo de maquinaria para restabelecer o que já se desmatou para continuar plantando seria muito bom. (...) O certo é que preparando a terra, dá pra plantar até 10 vezes ou mais. (...) Mas a situação do agricultor não dá”. O INCRA foi informado e prometeu remunerar o preparo da terra, segundo a presidenta da Associação. “Até agora não apareceu essa ajuda. (...) A gente não vai ficar esperando que cheguem as máquinas para preparar a terra e plantar”. Alguns agricultores com mais condições financeiras alugam maquinarias por R\$ 200 a diária para restaurar o solo, mas não a maioria.

Neste sentido, o dendê foi incentivado como aproveitamento das terras já desmatadas e exploradas (*capoeira fina*, ou seja, mata baixa), sendo proibido derrubar outras áreas para o seu plantio. “Ele está reflorestando e está alimentando (alimentos [renda] e combustível). É um produto que está ajudando o agricultor e a área do governo. Os que podem plantar não pensam em desmatar mais, mas sim em reflorestar”. Tendo essa noção de base, está sendo criado um APL (Arranjo Produtivo Local), onde se produza dendê, madeira de lei e alimentos.

A renda

O aumento da renda das famílias integrantes é, sem dúvida, o principal benefício do Projeto da Agropalma. Segundo Marcelo Brito, o diretor comercial da Agropalma, a renda média das comunidades contíguas à empresa, antes do projeto, não ultrapassava os R\$ 65,00 por mês. Nos três primeiros meses do terceiro ano da plantação, ou seja, em 2005, as primeiras 50 famílias do projeto (Comuni-



Figuras 3: Fornos para a produção de farinha de mandioca (esquerda) e de carvão (centro e direita) no Assentamento Calmaria II. Fotos: S. Herrera.

dade Arauaí) fizeram a primeira colheita e passaram a contar com uma renda média mensal de R\$ 266,67 por agricultor. Durante uma visita em março de 2008, Delival, técnico da prefeitura de Mojú, informou que os agricultores já estavam ganhando neste sexto ano de colheita uma renda líquida de R\$ 1.200,00 por mês. Os agricultores recém incorporados, da comunidade Água-Preta, relatam que alguns membros da comunidade de Arauaí conseguiram uma renda de R\$ 3.000 – sem muita dedicação ao plantio – após descontar a dívida com o banco e o frete da produção. “Qual é o agricultor de farinha que faz R\$ 3.000 por mês?”, questiona Raimunda, fazendo referência ao passado da comunidade quando a maioria trabalhava com farinha de mandioca.

Neste sentido, a renda influi no bem-estar das mulheres, seja pela remuneração direta ou pela participação na renda familiar: “se o meu marido está ganhando bem, eu vou passar bem. (...) Eu estou acompanhando ele. (...) Se é uma família, a renda vai para os dois”.

Deve-se ressaltar que a característica perene do cultivo da palma permite que os agricultores familiares tenham uma fonte de renda garantida durante 25 anos, compensando ainda a redução da

atividade da carvoaria ilegal no assentamento. Com a ocupação das áreas desmatadas, o dendê aportou igualmente a concessão de fornos para produção de carvão a partir da mata derrubada. Porém, o alto rendimento da carvoaria ameaça uma nova expansão ilegal da atividade, caso os fornos legalizados não sejam fiscalizados corretamente.

Peculiaridades observadas no sistema de produção em relação às mulheres

A evolução da mulher no meio rural

“Há 40-50 anos atrás, a mulher era só para cozinhar, só para fazer a comida. Ela não tinha direito de estudar e de ter nenhum conhecimento. Hoje em dia, ela tem o direito de trabalhar. Levanta mais a moral de uma mulher”, explica Raimunda.

A reivindicação “hoje, nós temos direitos iguais, o homem e a mulher”, feita por Raimunda, agricultora e liderança, mostra a evolução da mulher no meio rural. Um elemento importante nessa tomada de consciência é o acesso a documentos pessoais. A posse desses documentos coloca a mulher no nível de exigência da cidadania e da igualdade, fazendo-a perceber o seu pertencimento à sociedade dos direitos e deveres, que a condição de dona de casa sempre lhe omitiu. Com seus documentos pessoais, a mulher pode se desvencilhar de sua posição de complemento do homem ou de representada por ele, aprender a se comportar como ser humano possuidor de identidade própria e se libertar da sombra masculina (FISCHER, 2002). No assentamento, a regularização dos documentos veio do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, levado pelo INCRA.

Como continuação da tomada de posição da mulher, o INCRA incentivou o cadastramento dos lotes sendo a mulher o titular e o marido o parceiro. As mulheres poderiam ser escolhidas como titulares dos programas sociais de transferência de renda – ou, extrapolando, de outros bens – por existir uma convicção de que, dessa forma, o recurso da família estaria seguro (SILIPRANDI, 2003). Não obstante, na comunidade Água-Preta, observa-se um empoderamento que o status de ser a titular pode conferir à mulher na família. “Acho que foi bom para a gente, mulheres (risos). Até que está sendo aceito pelos homens”. Da mesma forma, a conta no banco relativa ao contrato com a Agropalma torna-se um elemento de diálogo na hora de nomear o titular: “É um acordo entre marido e mulher”. Ainda tímidas e desconfiadas, as mulheres vão tomando assim consciência da sua importância

PROGRAMA NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL (PNDTR)

Criado em 2004, o PNDTR é uma ação fundamental para o desenvolvimento de estratégias de inclusão das trabalhadoras rurais nas políticas públicas, seja na reforma agrária ou na agricultura familiar.

Desde sua criação até o final de 2007, o Programa promoveu 845 mutirões de documentação, atendendo 1.058 municípios brasileiros. O resultado foi a emissão de 561 mil documentos e o atendimento de 275 mil mulheres em todas as regiões do País. Coordenados pelo MDA e pelo INCRA, os mutirões promovem ações educativas que enfocam a importância do documento no dia-a-dia da população.

na família, como um dos pilares para o desenvolvimento da mesma, mediante o título da terra ou da conta bancária. Essa função que, ao longo dos séculos, serviu para justificar a condição de chefe da família, que também traz em si o significado de decisão, mando e poder, vai modificando os valores culturais originados no patriarcado, que, segundo Duran (1980, *apud* FISCHER, 2002), as manteve na solidão política, no isolamento do lar, na posição desvantajosa de participação e no negar-se como trabalhadoras, principalmente na pequena produção familiar. Tal forma de pensar vai sendo mudada: “Até porque o trabalho mais pesado é sempre o da mulher” argumentam agora algumas agricultoras do assentamento, referindo-se ao trabalho doméstico.

As mulheres como lideranças

Da mesma forma como a mulher está sendo nomeada titular da terra e da conta bancária, ela está tomando posse de cargos de responsabilidade e de representação, não só da família, como da associação ou comunidade onde vive. Das 3 associações fornecedoras de dendê para a Agropalma, 2 estão sendo lideradas por mulheres: Benedita Almeida do Nascimento, na Associação de Desenvolvimento



Figuras 4: Raimunda da Costa, presidenta da Associação de Moradores e Pequenos Agricultores Rurais da Comunidade Água-Preta (esquerda e direita) e uma agricultora da comunidade. Fotos: S. Herrera.

Comunitário do Ramal Arauaí (100 pequenos produtores), e Raimunda Elineusa Alves da Costa, na Associação dos Moradores e Pequenos Agricultores Rurais da comunidade Água-Preta (32 pequenos produtores).

Raimunda representa um exemplo na hora de lutar pelos direitos, sem medo a falar: “Trabalho desde os 15 anos. E sempre fui assim. Tenho direito a falar”. Essa vontade de lutar levou-a a adquirir vários cargos, além de presidente da associação: “sou delegada sindical, faço parte da diretoria do sindicato, sou dona de casa, e ainda comando os meus trabalhadores. Pra mim, isto é um orgulho muito grande, sabendo que estou servindo para alguma coisa”. Questionado sobre a situação da comunidade a partir da presidência da Raimunda, depois de um único presidente anterior, o marido de uma das entrevistadas manifestou a sua aprovação: “tudo está indicando que está melhorando”.

A principal ação realizada pela Raimunda foi o aporte, para a associação, de programas públicos: de transferência de renda (Bolsa Família), de qualificação profissional e geração de renda à população (Bolsa Trabalho)² e de educação universitária para 2 jovens (bolsas); e o ensino escolar da 1^o a 4^o série. A luz elétrica está também chegando e já beneficia 40% dos assentados.

Do mesmo jeito que ela vai em busca de benefícios para a comunidade, ela também tenta fortalecer a mulher no desenvolvimento da família. Assim, o Clube das Mulheres foi criado com o objetivo de criar uma fonte de renda para as mulheres da associação. A função do clube vai, não obstante, além de um retorno econômico a partir dos produtos gerados no seu seio. Ao ter como método de trabalho a multiplicação do conhecimento de cada mulher em alguma atividade lucrativa (artesanato, etc.), a auto-estima das mulheres é reforçada pela sensação de aprendizado e de utilidade perante o resto da comunidade. Apesar da tentativa, o projeto ficou estagnado por falta de apoio e assistência social.

Ao longo da sua trajetória de liderança, Raimunda aprendeu que a posição da mulher no lar depende da educação e da conquista da própria mulher. Citando-se como exemplo, contou como vários trabalhos domésticos são realizados pelo marido, uma vez que a sua responsabilidade perante a sociedade a obriga a ausentar-se, principalmente, nas refeições.

Esta conquista do espaço da mulher na sociedade patriarcal também pode ser sentida no âmbito da tomada de decisões: “Na reunião com a Agropalma, ontem, só tinha eu de mulher e primeiramente a palavra foi dada pra mim. Eu senti muito orgulho de estar no meio de tantos homens e ser a primeira escolhida para representar alguma coisa”.

Interação dos programas públicos existentes na região e o PNPB

Na medida em que o PNPB se aplica à agricultura familiar, ele se beneficia de outros programas dirigidos tanto à família como especificamente à mulher. Esse é o caso do PRONAF, Programa Bolsa Família, etc. (tabela 5). Esta interação toma maior relevância quando se considera que 24,9% das pessoas responsáveis pelos domicílios são mulheres (dados do censo demográfico do IBGE, 2000).

² <http://quarto-poder.blogspot.com/2007/09/bolsa-trabalho.html>

Tabela 7: Programas Federais que beneficiam a agricultura familiar.

Programa	Categoria	Objetivo	Público	Agente Executor
Programa Bolsa Família	Acesso à renda	Transferência direta de renda	Famílias em situação de pobreza (com renda mensal por pessoa de R\$ 60,01 a R\$ 120,00) e extrema pobreza (com renda mensal por pessoa de até R\$ 60,00)	MDS
Programa Brasil Alfabetizado	Acesso ao conhecimento	Alfabetização	Cidadãos com 15 anos ou mais	MEC
Projovem	Acesso ao conhecimento Acesso ao trabalho e renda	Reintegração ao processo educacional e qualificação social e profissional	Jovens entre 15 e 29 anos	Casa Civil; MEC; MTE; MDS.
Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES)	Acesso ao trabalho e renda	Articulação das potencialidades locais por meio da atuação dos Agentes de Desenvolvimento Solidário	Comunidades e segmentos excluídos	MTE; MDS; MMA.
Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAFB) e programas de micro-crédito do BNB	Acesso ao trabalho e renda	Estímulo à produção por meio de acesso ao micro-crédito e assistência técnica	Agricultores familiares	Casa Civil; MDA; BNB; MDS.

Programa Nacional Biodiesel	Acesso ao trabalho e renda	Assistência técnica e crédito para produção e uso do Biodiesel, inclusão social e desenvolvimento regional	Agricultores familiares	Vários entes do Governo Federal.
Programa Luz para Todos	Condições Habitacionais	Expansão do fornecimento de energia elétrica no meio rural	Populações rurais	MME

Fonte: dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/programas_complementares/programas-executados-em-nivel-federal/).

A cultura do dendê e a segurança alimentar

Caracterizados pela tradicional policultura, os agricultores familiares não se sentem ameaçados pela inserção das plantações de dendê, senão o contrário.

Em termos da quantidade de trabalho, o dendê representa uma cultura pouco exigente, sendo que as palmeiras não necessitam de trato diário. Segundo o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente do município de Mojú, no primeiro ano do programa, os produtores gastam, em média, 15 dias para manter o cultivo; no segundo ano, são apenas 12 dias por mês; no terceiro ano, 10 dias ao mês, e no quarto, oito dias ao mês (AMIGOS DA TERRA, Notícia 4-11-04). “[No início] tem de ir todo dia. Tinha dia que trabalhávamos 18 plantas por dia, 3 dias para uma rua. Hoje é um sonho. Num dia faz a coroa, o rebaixo³...”, completa Seculino, um agricultor de 54 anos da Comunidade de Arauaí. A colheita é realizada cada 10 ou 15 dias durante dois dias, de forma manual, o que deixa tempo para o atendimento das outras culturas.

³ Coroa: limpeza do solo ao redor da árvore de dendê. Rebaixo: redução da altura da vegetação entre as árvores do dendezal.

Aliás, “muitos agricultores estão voltando para as origens como o milho e arroz, mas tendo por trás uma renda garantida por mês. Não precisam mais de financiamento do PRONAF”, segundo o diretor de políticas agrícolas do STTR de Mojú, Carlos Alberto Dias, o “Balsa”.

Preocupado com a segurança alimentar dos agricultores familiares da região, o STTR de Mojú insiste, porém, na necessidade de limitar a área de plantação de dendê. Baseando-se nas propriedades de 25 hectares (área equivalente ao módulo básico da região), recomenda plantar um máximo de 6 hectares de palma para assegurar um espaço suficiente para o plantio de outras culturas. Apesar de estar sendo plantado em monocultura, o dendê abre também uma oportunidade para o estudo de consórcios com outras culturas.

“O plantio do dendê não prejudicou em nenhum momento o plantio da agricultura. Aliás, sempre incentivou mais um pouco”, confirmou Raimunda. A renda gerada a partir do projeto da Agropalma permitiu o plantio não só do dendê como das outras culturas de subsistência (mandioca, arroz, milho, etc.), garantindo assim a segurança alimentar da família.

Os animais domésticos (galinhas, porcos, bois, etc.), por sua vez, podem ser alimentados com a torta produzida na extração de óleo de dendê. De olho neste benefício, os agricultores consideram explicitar a recuperação da torta nos próximos contratos que serão realizados com a Agropalma.

Por último, o dendê pode ser objeto de agregação de valor, graças à transformação do seu óleo. Utilizado como alimento ou como cosmético, a sua venda pode vir a representar para as mulheres mais uma renda, que complemente o orçamento familiar e, principalmente, que aumente a auto-estima da mesma, evoluindo para uma nova posição da mulher na sociedade rural.

O presidente do STTR de Mojú insiste na necessidade de capacitar os agricultores para a gestão das suas propriedades, com o objetivo de assegurar o sucesso da produção agrícola e de prepará-los à chegada de novos investidores nacionais ou internacionais. Do mesmo modo, deve-se ressaltar a necessidade de incluir as mulheres neste processo, como continuação da tomada de poder vivenciada nos últimos tempos.

Conclusões

Cabe ressaltar que este modelo não tem foco na produção de biodiesel, sendo o mesmo considerado um produto adicional às frações obtidas com o refino do óleo de palma bruto e estando, portanto, condicionado ao volume de resíduos deste processo. A previsão de expansão do cultivo projetada pela

empresa para os próximos anos está diretamente relacionada ao aumento da demanda do óleo de palma nos mercados nacionais e internacionais, não estando, desta forma, ligadas à criação do mercado de biodiesel no país. Ademais, a expansão deste modelo pressupõe o aumento e descentralização da estrutura de refino do óleo de palma bruto, visando, em primeira instância o atendimento dos mercados alimentício, químico e farmacêutico.

Ao reproduzir os valores patriarcais do meio rural, a mulher produtora de dendê é vista, na maioria das vezes, como mão-de-obra de reserva, ou seja, uma ajuda ao trabalho dos homens. Graças à introdução de políticas públicas dirigidas às mulheres, esta percepção está sendo mudada e está aceitando a inserção da mulher no papel de titular (de terra e conta bancária), antes típico rol designado aos maridos.

Enquanto à cultura do dendê, especificamente, foram sinalizados impactos sócio-ambientais positivos, uma vez excluídos os impactos negativos gerados por ser uma espécie exótica plantada em sistemas de monocultura. Segundo a descrição da presidenta da associação, o dendê tem como função o reflorestamento de áreas desmatadas e a geração de renda das famílias produtoras. Complementado com a carvoaria temporária (enquanto exista madeira na área de dendê) e as outras culturas de subsistência, o dendê representa uma fonte rentável, sustentável (durante 25 anos) e segura para o pequeno produtor associado a uma empresa que siga o modelo utilizado pela Agropalma.

Por fim, a relação da mulher rural com o PNPB passa, em primeiro lugar, pela participação da agricultura familiar na produção de cachos de dendê; depois, pela interação do óleo de dendê com o mercado internacional e nacional de óleos vegetais; e, por último, pela inserção do óleo no mercado de biodiesel. Sendo este óleo uma matéria-prima do biodiesel pouco utilizada, o impacto do biodiesel de dendê na mulher permanece reduzido.

Referências

BRITO, M. Entrevista na Expo Sustentat 2005 pelo Planeta Orgânico, 2005. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/entrev-marcellobrito05.htm>.

FISCHER, I. R.. **A participação feminina no Orçamento Familiar**. In: Feminismo Ciência e Tecnologia, 2001, Salvador BA, 2001.

DURAN, Maria Angelis. A dona de casa: crítica política da economia doméstica. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Wilkinson J., Herrera S. **Agrofuels in Brazil: What is the outlook for its farming sector?** OXFAM Internacional, 2008.

MONTEIRO, 2007. http://www.ibd.com.br/News_Detalhe.aspx?idnews=155

IBGE, Censo Demográfico 2000. <http://www.sindlab.org/noticia02.asp?noticia=10721>

SILIPRANDI E. 2003. Apud: CURADO J., AUAD D. **Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência de formação**. UCDB, Campo Grande, 2008. Disponível em <http://200.130.7.5/spmu/docs/Gênero%20e%20políticas%20públicas.pdf>.

Agradecimentos

Raimunda Elineusa Alves da Costa, presidenta da Associação dos Moradores e Pequenos Agricultores Rurais da comunidade de Água-Preta, pela sua gentileza, hospitalidade e força como liderança, assim como por ter ajudado a suplantar as dificuldades encontradas no STTR de Mojú para entrar na Agropalma.

Tulio Dias.

O BABAÇU

O babaçu (*Orbignya phalerata* Mart.) é uma espécie da família das palmáceas. A área de ocorrência dos babaçuais predomina em zonas de várzeas, junto do vale dos rios e, eventualmente, em pequenas colinas e elevações (MIC, 1982). O Maranhão é o Estado brasileiro com a maior área ocupada, estima-se em aproximadamente 10 milhões de hectares. A exploração se dá através da extração, a partir de plantas não cultivadas, em áreas de ocorrência natural. Embora a área de exploração dos babaçuais se estenda ao Piauí, Pará, Bahia, Ceará e Tocantins, o Maranhão, concentra quase toda produção de amêndoa de babaçu destinada ao mercado. A produção de amêndoas de babaçu no Brasil chegou a 113.395 toneladas em 2003, sendo 104.466 no Maranhão, 6.179 no Piauí e 1.982 em Tocantins, estados mais importantes.

O babaçu tem 64 usos catalogados. Do coco do babaçu pode-se utilizar o endocarpo, o pericarpo e o mesocarpo para o uso industrial, na alimentação animal e na produção de fertilizantes. A amêndoa do babaçu é a parte mais importante, já que é dela que se extrai o óleo, o produto de maior valor comercial. De um coquinho, retiram-se quatro pequenas amêndoas, 7% da massa, que podem ser transformados em óleos, sabão, glicerina, torta e farelo. Do mesocarpo, outros 23%, dá para fabricar amido, fibras, fertilizante e etanol. Dos 11% do epicarpo se faz carvão ativado. Os 59% restantes, o endocarpo que recobre as amêndoas, representa a fonte do carvão vegetal, cuja composição tem 80% de carbono (o eucalipto carbonizado tem 70% e uma floresta nativa, 64%).

De acordo com Ferreira (1999), entre as diversas alternativas tecnológicas para o aproveitamento das partes do coco de babaçu, o que apresenta maior potencial para se desenvolver e que responde às necessidades de encontrar novas formas de energia, é aquela que utiliza o mesocarpo para produção de álcool, o endocarpo para produção de carvão e gases, a amêndoa para produção de óleo – com posterior utilização em motores Diesel – e o epicarpo para utilização direta como combustível primário. Além das aplicações na produção de energia e das apresentadas anteriormente, a autora afirma que o babaçu pode ser utilizado para diversos outros fins: como perfumes, plásticos, vidros, explosivos, óleo fino para aparelhos de precisão e motores de avião, celulose e materiais de construção, entre outros.

No que se refere aos óleos láuricos, por se tratar de uma commodity, o babaçu sofre a concorrência dos óleos de palmiste e coco, produzidos principalmente no sudeste asiático. Atualmente, a produção mundial de óleos láuricos está em torno de 6 milhões de toneladas, em que o óleo de palmiste e de coco possuem praticamente o mesmo nível de importância (cada um responde por aproximadamente 50% da produção mundial). A produção brasileira de óleo de babaçu responde por aproximadamente 60 mil toneladas, ou 1% desse total.

As exportações brasileiras de óleo de babaçu que já foram grandes e se constituíram no principal item de exportação do Estado do Maranhão, hoje são muito pequenas em virtude dos preços internacionais dos óleos láuricos terem sido rebaixados muito nos últimos anos. Nos anos 40 do século passado, o Brasil fechou contrato com os Estados Unidos que garantia a comercialização de 75% da produção nacional de babaçu. Num período posterior, que foi até os anos 80, os países da Europa foram os principais compradores.

As exportações de óleo de babaçu, atualmente, têm se dado principalmente através do apelo social e ecológico que algumas empresas estrangeiras buscam dar a seus produtos.

Fonte: DESER e Estadão, Notícia de 02-09-07.

A CULTURA DO BABAÇU NO ESTADO DO MARANHÃO – REGIÃO NORDESTE

O papel da mulher na produção de babaçu

Para analisar a cultura do babaçu, sua importância na vida de milhares de mulheres “que quebram coco e extraem a vida” e os possíveis impactos da valorização do produto, tendo o exemplo de projetos como o biodiesel, visitamos os assentamentos Nova Vila de Itaquiritiua, localizado no município de Viana, na Baixada Maranhense, e São José dos Mouras, localizado no município de Lima Campos, no Médio Mearim, Estado do Maranhão. Ambos têm como principais atividades econômicas a agricultura, com a prática da roça itinerante, e o extrativismo, baseado no babaçu. Fazem parte da área de atuação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, movimento que tem como bandeira principal a luta pela preservação e pelo livre acesso aos babaçuais.

Em Itapecuru Mirim, município também do Maranhão, visitamos a fábrica de sabonete de óleo babaçu, criada em 2001 pela União dos Clubes de Mães, uma associação que reúne cerca de duas mil quebradeiras de coco e conversamos com a líder desse movimento, Maria Domingas Pinto.

O processo de produção do óleo, baseado na extração das amêndoas, é feito de forma artesanal realizado principalmente por mulheres das comunidades, as chamadas “quebradeiras

O MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB nasce em 1995, fruto da organização de quebradeiras de coco babaçu que, a partir da segunda metade da década de 80, começam a se reunir para discutir os problemas gerados pelos conflitos em torno do acesso e uso comum das áreas de ocorrência de babaçu.

Em 1991, a Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu – denominação que dura até 1995, organiza o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu dos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará. Em outubro de 1993 acontece o segundo encontro. Estes foram os momentos precursores da formação do MIQCB que surge como uma nova identidade que visa garantir o controle das áreas e da produção, agregando valor aos produtos e com vistas à competição no mercado.

Atualmente tem como objetivo mobilizar representantes de governos federal, estaduais e municipais para debater alternativas de desenvolvimento para as regiões de babaçuais.

(Fonte: MIQCB).

de coco”. Essas mulheres são as responsáveis tanto pelas atividades domésticas quanto pela atividade extrativa do babaçu, enquanto os homens trabalham nas roças. É assim, de modo geral, que se projeta a divisão sexual do trabalho na região dos babaçuais.

Percorrendo distâncias até as palmeiras, de forma individual ou coletiva, carregando o pacará ou o cofo¹, as mulheres realizam o trabalho de coleta, juntam os cocos e os levam para suas casas para a extração da amêndoa. A quebra, feita individualmente, é executada com um machado que é fixado com ajuda das pernas da mulher ou já introduzida de forma sólida no chão no quintal das casas, em cima do qual o coco vai ser batido, por sobre sua lâmina, com o auxílio de um cassetete, um pedaço de

¹ Cesto no qual os cocos são armazenados.

pau. Após algumas batidas, cuja quantidade e precisão dependem da experiência e da desenvoltura da quebradeira, o coco é partido e suas amêndoas, as sagradas amêndoas, extraídas.

Antes da existência dos grupos de produção de azeite, as mulheres costumavam quebrar o coco no próprio local de colheita. Hoje, trabalhando em uma unidade de produção de forma cooperada, elas levam o fruto para suas casas, realizam o processo da quebra e retirada das amêndoas e, finalmente, vendem para a própria cooperativa. Divididas em grupos, que variam de comunidade para comunidade, realizam todos os procedimentos do processo de fervura, um processo caseiro, para a obtenção do óleo de babaçu: lavam, escorrem e torram as amêndoas. Depois essas são levadas para a máquina onde são moídas e o produto é fervido. Em seguida o óleo é apurado e colocado no local de esfriamento. A produção então é comercializada no mercado local. Não importa o desempenho da produção, a renda é dividida de forma igual, feita através do cálculo de diárias, em partes iguais.

Como a quebra do coco não é realizada diariamente e com o capital de giro possibilitado pela venda da produção, os grupos compram coco de outras mulheres da comunidade ou da região, que não fazem parte do mesmo, pagando um preço melhor do que dos atravessadores – que destinam a produção a Oleaginosas Maranhenses SA / OLEAMA –, pois essa empresa exige coco já bem limpo. Pensam que desse modo contribuem também com outras quebradeiras.

Esta é uma atividade tradicionalmente feminina e que se repete através de gerações e gerações, trabalho pesado passado de mãe para filha e que mantém viva a tradição de quebrar o coco.

A função do babaçu no cotidiano da mulher

O babaçu é o elemento-chave, a mola propulsora da construção da própria identidade de quebradeira de coco, que traz consigo a atribuição de valor ao trabalho praticado pela mulher em torno ao fruto como um todo. É entendido crescentemente como um bem, um patrimônio cultural, e há reivindicações para que seja entendido como tal, definindo essa atividade não mais “como uma ajuda” e sim como um modo de vida caracterizado pelo papel do babaçu na dinâmica sócio-econômica dessas comunidades cercadas por palmeiras, com ênfase na participação ativa da mulher no que se refere à geração de renda e ao sustento individual e familiar. Grande parte das mulheres entrevistada considera que um dos seus maiores ganhos é a conquista dessa relação social marcada por uma parceria entre a mulher e o homem, uma relação baseada na complementaridade.



Figuras 1: O fruto do babaçu (esquerda), mulheres a caminho dos babaçuais (centro) e a quebra do coco para a retirada da amêndoa (direita) no Assentamento São José dos Mouras. Fotos: Vivian Costa.

Nota: As quebradeiras de coco de babaçu foram reconhecidas e incluídas pelo governo federal no conceito de População Tradicional (idéia essencialmente ligada à preservação de valores, de tradições, de cultura), no início de 2007.

A coleta do babaçu, destarte, faz-se de suma importância para a sobrevivência de milhares de mulheres que tiram do fruto seu sustento nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins. É um ganha-pão que traz em si uma relação direta entre a importância dada ao fruto e a proporção da renda familiar, que pode ser composta através de uma conciliação de atividades de subsistência, complementada por programas de geração de renda e assistência social do governo. Neste âmbito se insere a dimensão tomada pelo coco de babaçu no dia-a-dia da trabalhadora rural, dessa extrativista, na melhoria de suas condições de vida e de sua família no que tange à dependência deste recurso em particular.

Ainda que de maneira especial constitua-se como uma fonte fundamental de vida, por outro lado observamos que o babaçu atualmente não garante todo o sustento da família, a compra de todos os produtos necessários. A parte restante é garantida na própria agricultura, no “trabalho na roça de milho, mandioca, feijão e arroz” e também com a criação de pequenos animais como galinhas e porcos. Há uma complementação entre as duas atividades. Ele não é o único meio de sustento, entretanto continua representando uma importante fonte de renda e de subsistência, principalmente para as mulheres, que dele tudo aproveitam e que temem bastante sofrer com sua carência.

Elas aproveitam de todos os subprodutos do babaçu, mas o subproduto principal é a amêndoa. Da amêndoa, elas extraem o óleo vegetal, utilizado na alimentação e também na fabricação de sabão, e usam a casca como lenha. Usa-se a palha da árvore para a confecção de cestos, o armazenamento das

amêndoas e o artesanato. Todos os seus componentes têm utilidade. Mas a amêndoa, a maior fonte e com maior potencial para ampliar a renda, traz consigo grande preocupação devido à ausência de um local para a realização da venda do óleo de forma direta.

Essas palmeiras, conseqüentemente, representam um elemento essencial na reprodução sócio-econômica dessas mulheres que delas retiram sua subsistência. A limitação dessa atividade exprime, por conseguinte, a perda de autonomia na esfera da geração de renda, mas que não se restringe aí. Transforma a luta pela garantia de acesso e preservação dos babaçuais em uma questão que ultrapassa o fato econômico em si. Dá-se uma batalha que envolve a reprodução cultural, o direito dessas a manter suas tradições, conhecimentos e saberes, com respeito ao seu particular modo de vida que se insere na tentativa de harmonização entre desenvolvimento e o sentimento de pertencimento.

Para dona Domingas, o babaçu é um instrumento que está realizando os sonhos das mulheres: “Essa produção trouxe desenvolvimento não só para a região, mas para o país”.

Peculiaridades observadas no sistema de produção em relação às mulheres

A evolução da mulher no meio rural

Na região das palmeiras hoje pode se observar uma maior participação social e autonomia das mulheres. O conhecimento em torno dos direitos das mulheres é levado à prática e o reconhecimento do seu papel no processo produtivo do babaçu é uma conquista. Apesar da influência da tradicional divisão sexual do trabalho, esta não se dá mais na separação condicional entre a produção para o consumo familiar e a produção a ser comercializada. Há uma determinação de papéis na esfera doméstica, com seu conjunto de atividades sendo desempenhado pelas mulheres, mas não mais dado de forma intransponível. Há homens nas comunidades, embora poucos, que assumem o trabalho doméstico para possibilitar, por exemplo, a participação de suas mulheres no movimento.

Mas, cabe ressaltar que essa divisão não exprime a concepção clássica da divisão sexual do trabalho, significando uma hierarquia que se traduz na desqualificação do trabalho feminino. Essas mulheres, organizadas, julgam necessário compreender e valorizar o papel doméstico, mas sem desprezar ou temer a função primordial da produção em suas vidas e seu papel na esfera produtiva. Essa visão pode ser captada na própria apresentação, por exemplo, do MIQCB: “Somos quebradeiras de coco babaçu, extrativistas, donas de casa, mulheres, mães, avós, esposas, trabalhadoras rurais”. Desta forma, reve-

lam o valor que atribuem às suas práticas tanto no âmbito produtivo quanto reprodutivo, suplantando a diferenciação e a naturalização da determinação de papéis.

No âmbito da comercialização, há ainda algumas práticas atrasadas como, por exemplo, o marido pegar o coco da mulher e vendê-lo sem autorização. Mas isso não acontece mais dentro do grupo de produção do azeite porque há um trabalho quanto à auto-estima da mulher. Há uma busca em torno da melhoria da produção, mas também da valorização da trabalhadora: o movimento deu importância às mulheres. “Antes quem vendia o coco eram os homens. As mulheres nem viam o dinheiro, apesar de fazerem todo o trabalho”. Hoje há mais autonomia na gestão do trabalho com o babaçu já que este é uma contribuição fundamental na renda e na reprodução familiar.

Na composição dos grupos de produção, no Assentamento Itaquaritiua, por exemplo, há 27 mulheres e um homem. As entrevistadas relataram que tem cuidado com o tratamento dado ao homem buscando não estabelecer uma relação de subordinação, mas sim de companheirismo. Mas logo fazem a ressalva: “tem um homem, mas ele é diferente”. Nessa comunidade não há uma associação específica de mulheres, mas sim de agricultores familiares extrativistas que reúne todos os seus moradores. Havia dois grupos de produção: um de azeite e outro que lidava na roça comunitária ecológica – para implementar uma experiência sem a queima e no trabalho com orgânicos –, mas este último não funcionou. Uma das entrevistadas sublinha que o grupo de produção do azeite, composto apenas por mulheres, foi o único que permaneceu.

Figuras 2: Mulheres da União dos Clubes de Mães do Município de Itapecuru-Mirim, Maranhão, na quebra do coco no pátio da Fábrica de Sabonete Babaçu do Território do Vale do Itapecuru (ao centro). Fotos: Vivian Costa.



As mulheres como lideranças

A questão do poder que envolve a atividade extrativa do babaçu vai além da questão de renda. As mulheres conquistaram um espaço – fruto de mobilização política impulsionada primeiramente por conflitos pelo acesso às palmeiras –, tradicionalmente marcado pela dominação masculina. Nesse percurso de constituição das organizações das quebradeiras de coco babaçu, que abarcam distintos objetivos e formas de atuação, marcadas por diferentes trajetórias políticas, observa-se a formação de uma posição em relação à presença dos homens. O controle da presença masculina é um princípio do MIQCB, por exemplo, porque este tem como objetivo principal o empoderamento da mulher.

A construção da identidade de “quebradeiras de coco” através da organização para reivindicar políticas públicas em saúde, educação e etc, beneficiando mulheres em torno dos seus direitos, acarretou interesses por parte dos homens. Esse fato gera preocupação no que se refere ao poder das mulheres. Como ressalta Maria Adelina de Sousa Chagas, a Dada, coordenadora geral do MIQCB, essa análise pode ser realizada à luz do biodiesel, que pode motivar o interesse dos homens – com a valorização do babaçu – e prejudicar ou mesmo terminar com a produção baseada na perspectiva das quebradeiras. Dona Domingas também traz à tona esse receio, “já que os homens trabalham com a coleta”.

Lideranças na esfera social, política e econômica da comunidade, da região e do país, essas mulheres produziram resultados no dia-a-dia, principalmente no papel das mulheres quanto à visibilidade da sua atividade no campo da produção e da comercialização. Superando conflitos nas relações familiares, a resistência para sua inserção no movimento sindical, Dadas, Zulmira, Toinhas e Domingas afirmaram sua relevância nos sindicatos rurais, associações e cooperativas e reafirmam cotidianamente a condição feminina de trabalhadoras – quebradeiras de coco –, avançando na luta pelo fortalecimento das mulheres nos movimentos sociais, reivindicando mais cidadania com a bandeira do acesso e da garantia da reprodução dos babaçuais.

Saúde

A atividade que gera orgulho pelo trabalho desenvolvido, também traz problemas em relação à saúde da mulher. Apesar de algumas afirmarem nunca terem sentido nada, sobretudo as de maior idade, há relatos de problemas na coluna devido à posição no processo de extração da amêndoa, no qual ficam sentadas por um longo período de tempo, e também por carregarem o coco na cabeça. Problemas de

útero também foram citados devidos à exposição a temperaturas adversas – principalmente o calor intenso, tanto na quebra do coco quanto na coleta. O problema com os cortes no dedo na lâmina do machado e ferimentos advindos do uso do cassetete, quando a quebra é realizada, também é ressaltado.

Os dois movimentos estudados demonstram preocupação com esse assunto. O MIQCB afirma realizar um trabalho para diminuir os impactos desses problemas, mas não com intuito de substituir o trabalho das quebradeiras. Já a líder sindical, Domingas, do Clube de Mães de Itapecuru diz que o movimento trabalha com esse tema através da realização de atividades, cursos de capacitação.

Interação entre o PNPB com a atividade extrativista

Tanto o MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu quanto a União dos Clubes de Mães, representada por Dona Domingas, reconhecem que não tem muito conhecimento sobre o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Julgam necessário aprofundar o debate em torno do mesmo e apresentam visões distintas quanto às perspectivas lançadas pelo mesmo.

Na visão do MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, o custo de produção do óleo de babaçu torna inviável seu uso para o biodiesel. A viabilidade do preço não condiz com a realidade dos biocombustíveis. “A valorização do óleo do babaçu é tão superior, que ele se torna muito caro para o tipo de biodiesel que o Programa do governo coloca”, afirma Zulmira Mendonça, coordenadora da regional na Baixada Maranhense, que acrescenta: “Devido ao preço de mercado e o valor propriamente do óleo já não é um bom negócio para a gente”.

Afirmam que se hoje não conseguem produzir alimento com qualidade, elas encaram essa proposta do biodiesel, com seu pacote de comercialização já fechado, como uma possibilidade de gerar mais empobrecimento. Alegam também que esse projeto iria mudar toda a forma de produção e de vida das quebradeiras de coco babaçu já que a idéia do governo é baseada no agronegócio, não englobando a escala de produção do movimento. “Não temos capacidade produtiva para esta cadeia. Não temos terra e nem condições de produção”, assinala Dada, “e o biodiesel transformará o agricultor familiar em assalariado. O movimento não pode aceitar isso. O lucro não compensa”.

Dada a limitação em relação ao mercado, o grupo acredita que se fosse possível um contrato decente tanto para as quebradeiras como para uma empresa, seria proveitoso. Essa possibilidade de obter um escoamento da produção permitiria o aumento da renda, que depende do período e da sua

saída. No entanto, vislumbrando mais adiante do lucro em si próprio, e refletem que uma condicionante seria a análise do olhar e do comportamento sócio-ambiental dos parceiros propostos.

A Dona Domingas, diferentemente, aposta na perspectiva de venda do excedente da fábrica de produção de sabonete para a produção de biodiesel. Em sua opinião, o PNPB vai beneficiar as quebradeiras de coco porque trará um mercado certo para o babaçu. Para fundamentar seu argumento ela chama a atenção para o fato das mulheres não consumirem tanto o óleo, elemento que romperia com a idéia de competição com o alimento. Apesar de afirmar que o Programa provocará o interesse dos proprietários de terra, que vão querer negociar o fruto, pensa que este será de todo modo benéfico por essa garantia da compra do óleo. Quanto ao papel das mulheres, conjecturando o aumento de interessados na fabricação do óleo, pensa que o biodiesel não será um problema porque elas terão mais consciência do seu valor.

Central para a reprodução social e econômica das quebradeiras de coco é o tema fundiário, o acesso aos babaçuais. Sob a ótica do MIQCB hoje, não havendo interesse pelas palmeiras por parte dos fazendeiros, já há um grande problema de acesso às terras. O movimento, então, argumenta que projetos, como o biodiesel, podem causar mais conflitos. O poder de convencimento delas hoje para garantir a Lei do Babaçu Livre é o não uso do mesmo, o desperdício de alimento, de um produto que pessoas “de fora do arame” podem utilizar sem criar nenhum problema para os fazendeiros. O carvão, por exemplo, a queima do carvão para a siderurgia já representa uma grande ameaça. “Com a queima total do coco, as quebradeiras estão ficando na beira da estrada”, afirma Zulmira.

Já a representante das quebradeiras de Itapecuru Mirim acredita que há possibilidade de negociar o acesso às palmeiras com os proprietários, sendo possível conciliar o biodiesel com o tema do acesso à terra. O trabalho nessa região envolve a negociação com os proprietários, já que o tema do acesso é problemático, porque os fazendeiros alegam que as suas terras estão sendo sujeitas a desordem.

Outro ponto para o MIQCB é o desmatamento que confirma a visão negativa apresentada pelo movimento quanto à produção de biodiesel. Elas afirmam que com a inviabilidade da produção de biodiesel a partir do babaçu, haverá a implementação de outras culturas que muitas vezes não convivem em consórcio com o coco e daí a necessidade de desmatar, o que causará impactos concretos na vida das mulheres que do babaçu sobrevivem. A forma como este e outros projetos estão sendo colocados pelo governo federal, com desmatamento, não é aceita pelo movimento. “Os projetos chamados de desenvolvimento sustentável no Maranhão e no Brasil afora trazem benefícios econômicos para as grandes indústrias e empresas, tirando uma cultura para substituir por outra. No caso dos projetos de biodiesel implantados não há reflorestamento pela degradação total das terras”.

LUTA DE FORÇAS SOBRE A PERMANÊNCIA DAS PALMEIRAS

O Ministério do Meio Ambiente incluiu o babaçu, por meio da medida provisória 432/08 convertida na Lei nº. 11.775/2008, entre os dez produtos de extrativismo que têm, a partir de 2008, a garantia de preço mínimo (i.e. valores de aquisição que serão garantidos pelo governo). Até 30 de junho de 2009, terá vigência o valor de R\$ 1,46/kg de amêndoa. Esta decisão garante aos trabalhadores ajuda do governo, seja na aquisição da colheita ou no pagamento de subvenções, sempre que o preço estiver abaixo do mercado. Para o diretor de Logística e Gestão Empresarial da Conab, Silvio Porto, o objetivo “é garantir renda às famílias que vivem da extração e consolidar o segmento extrativo nos principais biomas brasileiros”, de modo a oferecer condições de cidadania às comunidades, além de evitar o desmatamento desregrado das espécies nessas regiões.

Por sua vez, deputados estaduais de São Luís apresentaram um projeto de lei para permitir o corte da palmeira de babaçu. “Ela estaria se tornando uma espécie de vaca sagrada da Índia: você não pode derrubá-la, porque ela está preservada na lei”, afirma o deputado estadual Edivaldo Holanda (PTC). Para o Ministério Público, o projeto não tem sustentação jurídica. Segundo o promotor do meio ambiente Fernando Barreto, a proposta teria nascido para atender uma construtora, que quer erguer um edifício na capital do estado.

Fonte: Notícias da Amazônia, 7-10-08; Plano Nacional de Mudança do Clima, 2008; Agronline, 29-09-08.

Fonte de crítica também é a falta de comunicação do governo com o movimento para fazer esse debate. O movimento credita essa deficiência à grande solidez de suas ações e a grande segurança quanto aos seus objetivos, diferentemente de outros movimentos que envolvem quebradeiras de coco, que “aceitam incentivos por aceitar, pensando que o governo deu a oportunidade”. Neste contexto, julga importante aprofundar internamente a discussão sobre o tema, com o auxílio de pesquisadores e pessoas envolvidas na área, e definiram os biocombustíveis como um dos temas para o Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, que será organizado pelo MIQCB em 2009. Nessa concepção torna-se essencial construir um conceito próprio, com base em experiências que contribuam para a definição do que querem quanto às políticas de desenvolvimento.

“Normalmente eles procuram uma ou outra pessoa, que tem o olhar do babaçu. A gente sabe que no nosso cotidiano tem outras pessoas que não tem o ponto de vista do óleo do babaçu como uma cultura, um meio de sobrevivência dela. Acha que é um aproveitamento. Para receber um trocadinho por uma coisa ou outra é suficiente. É diferente porque nós somos quebradeiras. Aí tem uma questão muito maior: na medida em que a maior parte dos babaçuais está presa, provavelmente eles [governo] vão procurar outras pessoas que vão arrendar, que vão privatizar cada vez mais o babaçu”, Zulmira – MIQCB.

A postura do MIQCB é discutir o Programa caso haja possibilidade de aproveitamento de parte do óleo, não do todo. Também no caso de outros subprodutos como óleo de cozinha e etc. que, além de renda, poderiam contribuir do ponto de vista ambiental. Consideram necessária uma análise mais intensa para avaliar se o biodiesel, nesse contexto de aplicação do excedente, traria real sustentabilidade para as quebradeiras. Contudo, de uma forma geral, entendem que esse programa não facilitará a vida da agricultura familiar, principalmente das agricultoras.

A visão técnica, com a orientação e acompanhamento, que está sendo trabalhada no Estado, com a imposição de culturas na perspectiva de uma renda única também afasta as quebradeiras do PNPB. Do mesmo modo, destacam que os projetos tecnológicos direcionados ao babaçu priorizam, sobretudo, a perspectiva das máquinas. “A tecnologia colocada dessa forma não é bem-vinda”, sentencia a coordenação do movimento. Em Itapecuru Mirim, contrariamente, o valor dado à tecnologia é grande, o que resultou na sua colaboração com as pesquisas realizadas na Embrapa.

Segundo José Mário Frazão, pesquisador da Embrapa-MA, a agroindústria do óleo de babaçu tem-se mostrado pouco competitiva nos mercados de óleos láuricos, por está baseado em extrativismo primário com baixo nível tecnológico em toda a cadeia produtiva e que tem como consequência direta a má remuneração das famílias que sobrevivem da atividade e a ociosidade do parque industrial que trabalham exclusivamente com as amêndoas de babaçu. De modo a aproveitar o potencial energético da produção anual de coco, constata a necessidade de desenhar ações coletivas de políticas públicas e privadas com o envolvimento das comunidades rurais com objetivo de se implantar projetos sustentáveis de um ponto de vista econômico, social e ecológico, replicáveis em outras regiões produtoras. Nesta perspectiva, propõe um projeto de produção integrada que inclui uma organização social que garanta o abastecimento de cocos em escala e o aproveitamento mecânico dos mesmos. Por um lado, o modelo de produção estaria formado por uma central produtora de óleo, alimentada de 4 toneladas de coco dia, vindas de um conjunto de unidades satélites representadas pelas comunidades que

PRODUÇÃO POUCO COMPETITIVA CAUSA TRAVAS PARA A INSERÇÃO DO BABAÇU NO PNPB

Em 2004, o governo do Maranhão começou a elaborar um projeto de produção de biodiesel a partir do babaçu, no intuito de aproveitar o potencial do Estado, que detém cerca de 80% dos babaçuais da Amazônia Legal. No âmbito do Programa Biodiesel do Maranhão, foi criado um grupo de trabalho com o objetivo de estudar a viabilidade e competitividade técnica, econômica, social e ambiental do “agronegócio do babaçu”, além de um projeto para uma planta-piloto que recebeu R\$ 700 mil do Fundo Setorial de Energia do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Segundo o pesquisador do Núcleo Biodiesel da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) Adailton Maciel, o projeto acabou paralisado por problemas técnicos, mas já se sabe que as dificuldades para a criação de um programa de porte de biodiesel de babaçu são grandes. Não é possível, diz ele, sustentar uma indústria de biodiesel apenas com o extrativismo. Por outro lado, a questão social que envolve as quebradeiras de coco é muito complexa. “Hoje não temos condições de fazer biodiesel de babaçu, e nem sei se teremos”, afirma o pesquisador. <http://www.rts.org.br/noticias/destaque-2/carvao-encarece-babacu-fonte-de-renda-de-400-mil-familias>

Apesar da fácil e rápida proliferação, a palmeira leva cerca de 12 anos para iniciar a produção – o ciclo reprodutivo é comparado pelas quebradeiras de coco ao da mulher, que se torna apta à reprodução aos 12 anos e tem uma gestação de nove meses, o mesmo período de maturação do primeiro cacho de babaçu de uma palmeira. De cara a renovação das palmeiras produtivas, seria um empecilho pelo tempo que precisa esperar para obter cocos.

No modelo atual de extrativismo, a produtividade média no Brasil é de 1.747 kg de coco/ha/ano. Considerando uma quantidade de óleo de 4,6%, a produção potencial de biodiesel seria de 80 kg/ha/ano.



Figuras 3: Forno para torrar as amêndoas (à esquerda), panela para a realização do processo de fervura (ao centro) e o produto final, azeite de babaçu fabricado no Assentamento Nova Vila de Itaqueritua (à direita). Fotos: Vivian Costa

receberiam assistência técnica e garantia de comercialização da colheita. Por outro lado, a produção de óleo seria o resultado da mecanização da quebra dos cocos e a separação dos seus constituintes (epicarpo, endocarpo e mesocarpo), a partir de uma máquina de escala compatível com a produção e que minimize os custos de logística – além da extratora de óleo já disponível em algumas comunidades. O aumento da produtividade é visto como o ponto chave do incremento de renda, resultando igualmente de um manejo sustentável dos babaçuais e da domesticação da sua cultura. Por outro lado, a comunidade de Itapecuru-Mirim foi a primeira e única unidade satélite a ser incorporada no projeto criado em 1992. Por sua vez, o MIQCB mostrou-se, desde o início do projeto, contrário ao desenvolvimento produtivo da atividade por uma questão política e social, baseada, principalmente, na suspeita de uma perda de identidade e de emprego das quebradeiras do movimento.

“Algumas tecnologias podem ser aproveitadas, outras não. Outras vêm tirar totalmente a qualificação de ser quebradeira de coco, para ser catadeira. Queremos a valorização da nossa produção e também da qualificação profissional. Queremos ter o respeito por ser quebradeira e continuar sendo quebradeira. Isso não significa uma visão tapada para o desenvolvimento ou então para as tecnologias. Nós não temos que nos adequar à tecnologia e sim esta se adequar à gente”. Zulmira – MIQCB.



Figuras 4: Prensa para embalagem do sabonete de óleo de babaçu em Itapecuru-Mirim (à esquerda), Balança para a pesagem dos sabonetes (ao centro) e artesanato feito na União dos Clubes de Mães de Itapecuru-Mirim (à direita). Fotos: Vivian Costa.

No entanto, observa-se que a renda proveniente de programas governamentais continua garantindo a manutenção de inúmeras famílias em determinados meses. Para Dona Domingas, o movimento em Itapecuru-Mirim tenta justamente trabalhar o resgate da cultura do babaçu, através da agregação de valor, que foi se perdendo com as políticas públicas de bem-estar social desenvolvidas pelo governo, como o bolsa-família. A maior parte das comunidades pesquisadas tem acesso a esses programas complementares, como o Bolsa Família e o Bolsa Escola. Esses programas, de modo geral, são entendidos como eficazes na melhoria da qualidade de vida da população, mas tem-se a concepção do perigo dessa geração de renda quanto a sua viabilização por parte do poder local – “pode sofrer dificuldade para chegar na comunidade ou chegar de modo distorcido”.

No que se refere ao crédito, verifica-se a mesma realidade de outros assentamentos e comunidades visitadas em outras regiões. Em relação ao PRONAF há um problema de inadimplência e muitos relatam uma má execução dos projetos e um mau acompanhamento técnico. Não há acesso ao PRONAF como quebraadeiras de coco em comunidade alguma pesquisada, mas apenas como agricultoras familiares. Na visão do MIQCB seria profícua a existência de uma linha especial, específica para o trabalho com o babaçu, mas relatam a dificuldade de acesso ao crédito. “Os bancos, quando a gente fala de empréstimo para trabalhar com o babaçu, eles morrem até de rir com a cara da gente. Para muita gente discutir coco é discutir o extrativismo, de modo geral. Eles acham que discutir extrativismo é discutir o atraso”. Não há acesso a um crédito especial.

Quanto à documentação, como trabalhadoras rurais, há um grande avanço, um progresso valioso no sentido de que esses documentos são indispensáveis para o acesso a políticas públicas, como PRONAF e a aposentadoria rural, por exemplo, além de lhes garantir inclusão social e cidadania. No entanto, quanto ao tema da previdência social rural ainda há registros de problemas.

Em relação ao acesso à terra por parte da mulher, Dada relata que mesmo depois da portaria do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Portaria nº 981/2003), que estabeleceu a titulação conjunta obrigatória da terra nos assentamentos da reforma agrária – a titularidade mantém-se no nome do marido. Ela destaca que a possibilidade de acessar a titularidade da terra dá um reconhecimento do papel da mulher como muitas vezes chefe de família e também como gerenciadora dos lares. Mas muitas mulheres ainda desconhecem os seus próprios direitos relativos à posse da terra e também nas questões relativas à justiça, que envolvem temas como o divórcio, o requerimento de pensão alimentícia para seus filhos e etc.

Inexiste assessoria técnica para a produção agrícola. O MIQCB, movimento que traz fortemente essa preocupação com a questão ambiental, expõe a necessidade de políticas públicas e recursos, financiamento, para a continuação do trabalho que iniciaram em relação à “roça itinerante”, para a realização de um melhoramento que substitua a queimada e a derrubada das árvores, mudando a prática de trabalho atual.

A cultura do babaçu e a segurança alimentar

A situação fundiária é a questão central para as quebradeiras de coco babaçu, independente da organização da qual participem. A forma de acesso ao coco ainda é, na enorme maioria dos casos, restrita. Além disso, existe um problema de acesso à terra não circunscrito apenas à apropriação fundiária em si, mas através do impedimento da realização do trabalho das mulheres. Esta barreira é vital para a compreensão da luta das quebradeiras pela garantia do livre acesso aos babaçuais, pois o trabalho extrativista é que garante o consumo familiar e geração de renda na venda no mercado local. O produto, que pode ser utilizado de diversas formas, é base do cardápio de muitas famílias que usam, por exemplo, o leite para temperar carnes e peixes (ou até mesmo na substituição do leite de vaca), a farinha – obtida através do mesocarpo – para fazer mingaus, bolos e até remédios caseiros e etc.

A liberdade para acessar os babaçuais sofre restrição também pela diminuição das palmeiras, sendo a expansão da pecuária a principal responsável. Com a derrubada de babaçuais para dar lugar a

áreas de pastagem, há mais desmatamento e conflitos. A luta, então, se dá com proprietários vizinhos às comunidades porque estes querem defender o direito de propriedade privada, coibindo o acesso aos babaçuais, com o argumento de que as quebradeiras cortam suas cercas e podem causar avarias em suas terras. Uma forma que os fazendeiros encontraram para driblar o conflito direto de interesses, precavendo-se através de uma proibição velada, é a introdução de animais selvagens em suas terras, como bois violentos e búfalos que geram medo nas quebradeiras. Há também a contratação de capangas que se valem de ameaças e o uso da cerca elétrica como instrumentos para intimidar e afastar as mulheres, as quebradeiras de coco das fazendas.

A apropriação de terras por parte de “testas-de-ferro” de grandes proprietários rurais se insere neste contexto de defesa dos babaçuais, gerando ainda mais conflitos. Algumas terras na região puderam ser reivindicadas pelo movimento social e tornaram-se áreas de assentamentos. Esse é o caso, por exemplo, de parte do Assentamento Itaquaritiua. Mas desde a Lei de Terras do Estado, Lei nº 2.979/69, também denominada Lei Sarney, “que reestruturou o mercado de terras, favorecendo os interesses das grandes empresas que vieram implantar no estado projetos agropecuários, madeireiros e de mineração” (ROCHA, 2006), a questão fundiária recobra suma relevância na limitação de acesso defesa aos babaçuais, que tem que concorrer com a plantação de capim.

Outra grande fonte de ameaça é o valor adquirido pelo babaçu por empresas do ramo da siderurgia. Como mostra a reportagem do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da Repórter Brasil (24-07-08), a coleta do coco “tem sofrido um revés significativo desde que o potencial calorífico do carvão vegetal produzido a partir do coco inteiro ou de sua casca foi ‘descoberto’ pelas indústrias siderúrgicas de produção de ferro-gusa abastecidas pelo minério de Carajás”. O arrendamento das terras, que pode vir a ser uma realidade decorrente dessa valorização, com uma seguinte contratação de trabalhadores para a realização da coleta para a venda “de carrado”, coco inteiro, traria impactos ainda mais negativos no acesso às palmeiras. Esse é a apreciação do MIQCB, que percebe as carvoarias como barreiras e um grande entrave para o movimento hoje, e de tal modo também o biodiesel. Seguindo a mesma lógica, esse projeto representaria uma forma a mais de tirar as quebradeiras destes locais, exercendo o cerceamento das terras já que o grande interesse está no território e não no que está dentro dele.

Por outro lado, as produtoras de sabonete do município de Itapecuru têm uma outra visão sobre o carvão, assim como de outros projetos que valorizem o fruto em si. Com a venda da casca do fruto para a Companhia Siderúrgica do Maranhão – Cosima, elas fazem o capital de giro para a compra do coco de quebradeiras, numa “parceria social”. A empresa igualmente adquiria carvão diretamente das

quebradeiras, mas hoje há um obstáculo que é a fumaça gerada pela produção nas cercanias da fábrica de sabonete. Houve reclamações e elas tiveram que suspender essa atividade.

Embora não assegure nenhum consumo extra, a amêndoa do coco babaçu é de suma importância para a economia de subsistência familiar. Nas palavras de Rosa Costa, do Assentamento Itaquaritia, “a gente quebra o coco para comprar café e açúcar e algumas coisinhas para dentro de casa. Mas pior seria sem o babaçu”. A fabricação do azeite faz parte da rotina de grupos de mulheres que se organizam e fazem sua comercialização no âmbito local, representando um ganho de R\$8,00 por litro vendido. Interessante notar que mesmo as pessoas que não são do grupo de mulheres produtoras consomem o produto, embora este seja mais caro do que os óleos tradicionais. Desse modo, a cidade acaba consumindo mais o azeite porque as pessoas que vivem nela possuem uma renda mais definida podendo arcar com o seu custo.

Num cenário de insegurança e conflito em relação ao acesso aos babaçuais a perspectiva de gerar melhoria de vida vê-se estremecida. Visto que dependem diretamente do babaçu – fonte principal para o presente e o futuro dessas mulheres – que é consumido pela própria família (como alimento, farelo para os animais e combustível-lenha), por um lado, e destinado a complementar sua renda através da venda do óleo, por outro, as quebradeiras tem sua sobrevivência e de suas famílias comprometida. Neste contexto, o papel do babaçu na garantia da alimentação e do sustento doméstico na região das palmeiras pode sofrer grandes pressões que impactarão sobre a segurança e a soberania alimentar das comunidades que dele estão sujeitas.

Em relação ao alimento, para o MIQCB o governo não busca a agricultura familiar como meio sustentável. Nesse sentido, o programa do biodiesel beneficiará mais a cultura a ele pertinente, como a mamona, por exemplo, do que as culturas tradicionais como a mandioca, o arroz e o feijão. Porque, como no exemplo do feijão, sob o olhar econômico, esses são cultivos relacionados à subsistência. Na visão do movimento, o eixo será o biodiesel porque com sua comercialização haverá geração de capital. Esta diferença é essencial no entendimento dessas quebradeiras. O biodiesel passa a ser mais importante porque nele está o capital maior e a produção para a alimentação perde sua relevância. Essa é uma forte preocupação: o abandono da produção de alimento em prol do biodiesel, com a derrubada de mais palmeiras. “Não podemos deixar que o nosso babaçu seja menos importante do que o valor de um capital a mais. As palmeiras são nossas mães. Nosso interesse é defendê-las”, afirma Zulmira.

O acesso e o controle do produto, principalmente da amêndoa, é fundamental para possibilitar que as mulheres garantam seu acesso ao alimento e que possam aumentar sua renda. E quando o tema

é alimento, mais uma sentença: “Quem dá as regras nisso? Sempre nós, embora seja um peso, uma cruz nas nossas costas”.

Conclusões

Tendo em vista que um quarto do Estado do Maranhão é coberto pelo babaçu, pode-se avaliar o tamanho da importância da palmeira na sua economia e na sobrevivência de milhares de trabalhadores extrativistas, especialmente para as mulheres, as já mundialmente conhecidas quebradeiras de coco babaçu. De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a produção de amêndoas de babaçu foi de 117.150 toneladas e o Maranhão concentrou 94,2% deste total (IBGE, 2006).

O biodiesel a partir do óleo de babaçu ainda se encontra em caráter experimental, em fase de estudos de viabilidade, mas o governo estadual está determinado a demonstrá-la. No Programa de Biodiesel do Maranhão, MA-Biodiesel, o foco é “demonstrar a viabilidade técnica, econômica, social e ambiental do agronegócio do babaçu com vias a produção de biodiesel”. Apesar do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB ter como referência e como prática outras matérias-primas, como a mamona e o dendê, em sua fase inicial, seu forte conteúdo de propaganda em torno ao aspecto social, tido como de fundamental importância, chama a atenção de agricultores/as familiares.

Os impactos deste projeto, assim como a prática atual da queima do babaçu para a produção de carvão vegetal são compreendidos de distintas formas. Por um lado, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB afirma não ter nenhuma posição definida em relação ao biodiesel, mas afirma que não apóia qualquer atividade que traga maiores conflitos em torno da sua principal bandeira de luta: o acesso livre aos babaçuais. Esse é o mesmo posicionamento frente à entrega do coco às usinas siderúrgicas. Esta tomada de valor pelo babaçu é sumamente prejudicial porque dela decorrem o interesse dos grandes latifundiários que arrendam ou transformam mulheres em simples catadeiras de coco, transformam os homens que antes se dedicavam a outras tarefas em atravessadores e enfim traz uma série de ameaças que podem afetar ainda mais essa tradicional fonte de renda.

Por outro lado, há quem vislumbre perspectivas positivas e esperam que esse futuro chegue logo. É o caso das mulheres que pertencem à União dos Clubes de Mães, que não tem relação com o movimento supracitado já que “não fazem parte de sua conjuntura, apesar de estarem no mesmo bojo”. Para essas quebradeiras, o biodiesel, apesar do reconhecimento de seu impacto negativo no tocante

ao acesso à terra, se traduz em uma oportunidade de geração de renda e melhoria de vida com a determinação de um mercado certo para o coco, coletado com a força dessas mulheres.

Num cenário que destoa completamente da interpretação tradicional do mundo rural e do papel exercido pelas mulheres no mesmo, essas trabalhadoras, através de trajetórias políticas distintas, lutaram para obter reconhecimento e revertendo “a ordem natural das coisas”.

Referências

ALMEIDA, A. W. B. **Quebradeiras de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização**. II Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. São Luís, 1995.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão**. In: Ellen Woortmann, Renata Menache, Beatriz Heredia. (Org.). Margarida Alves – Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero. 1 ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; IICA, 2006, v. 1, p. 35-64.

Estudo Exploratório 02 – Abril 2005. **A cadeia produtiva do Babaçu**.

FRAZÃO J.M. **O futuro da agroindústria do babaçu**. Procana. 16/01/2008. Disponível em http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao&secao=Outras+Culturas&ID_Materia=29499.

GLASS, Verena. In: **Carvão ‘encarece’ babaçu, fonte de renda de 400 mil famílias**. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis da Repórter Brasil. 24/07/2008.

Agradecimentos

Ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB:

Ana Carolina Magalhães Mendes, Carol.

Maria Adelina Sousa Chagas, Dada, e à comunidade de São José dos Mouras.

Zulmira de Jesus Santos Mendonça e à comunidade de Nova Vila de Itaquaritiua.

À sindicalista Maria Domingas Marques Pinto, e às quebradeiras de coco de Itapecuru Mirim.

CONCLUSÃO

As mulheres e o biodiesel

A nossa pesquisa focalizou três contextos bem distintos, cada um, porém tratando de sistemas de produção representativos do Nordeste e do Norte do país e de matérias-primas atualmente consideradas estratégicas (mamona e dendê) ou sendo estudadas (babaçu) para sua incorporação no PNPB. Cada caso exemplifica também a nova posição da mulher no meio rural – em alguns casos apenas se mostrando mais confiante e vocal nas suas opiniões e reivindicações e outras vezes assumindo uma posição de liderança na organização de movimentos sociais e associações de produtores.

Em nenhum caso, porém tratava-se de uma simples avaliação dos impactos do PNPB para a mulher. Mesmo com a implementação do PNPB, as formas tradicionais de comercialização da mamona ainda prevalecem no Estado da Bahia. O PNPB não compete em termos de preço e mesmo quando comprada pela empresa de biodiesel atuando na região não se utiliza a mamona para a finalidade do programa. No Pará, onde houve mais satisfação por parte das famílias integradas na produção de dendê, o mercado principal não é o PNPB e a produção de biodiesel só se viabiliza pela utilização dos resíduos do refino do óleo. No caso do babaçu, uma oleaginosa largamente disponível em forma extrativista no Maranhão, a sua utilização ainda está sendo cogitada e enfrenta uma oposição considerável.

Assim, como primeira conclusão da pesquisa podemos chamar atenção pela importância de levar em conta as práticas pré-existentes em relação às matérias primas escolhidas para o PNPB. No caso da mamona vimos que os preços dos mercados alternativos tendem a ser mais atraentes. Mais do que isso, a mamona pela sua resistência à seca e pelas suas condições de armazenamento funciona como uma reserva de valor, ou melhor, como fluxo de caixa para as economias da produção familiar. Muitos estudos tem mostrado que essa função é vital para a sobrevivência da agricultura familiar, podendo ser cumprida por uma variedade de produtos desde gado no Norte até o leite em muitas regiões. Ao mesmo tempo, a nossa pesquisa mostrou que as rendas da mamona são particularmente importante para a mulher no controle e na organização das despesas da família. A sua transformação numa commodity produzida sob o ritmo da demanda da indústria de biodiesel, muito embora possa levar a uma renda agregada maior, ameaça a flexibilidade e a autonomia permitidas pelas formas tradicionais de comercialização nas quais a mulher se apóia fortemente.

No caso do babaçu, trata-se de um produto em torno do qual se construiu um dos movimentos sociais de mulheres rurais mais importantes do país, reconhecido internacionalmente. Embora existam percepções distintas sobre as vantagens e desvantagens da utilização do babaçu como matéria-prima para biodiesel, a maioria da evidência sugere que a sua transformação em commodity inviabilizaria o extrativismo atual ou pela necessidade de produção em escala ou por despertar o interesse em sua apropriação por parte do latifundiário. Apesar da importância do babaçu para dezenas de milhares de famílias no Estado de Maranhão e do papel protagonista da mulher na sua viabilização, as propostas para a sua integração no PNPB permanecem de pé e a partir das entrevistas da pesquisa ficou evidente que as opiniões das organizações das “quebradeiras de babaçu” não foram até agora levadas em conta.

O dendê, por sua vez, é um produto recém introduzido na região Norte e, portanto não fazia parte dos sistemas tradicionais da agricultura familiar na região. A sua expansão traz ameaças à agricultura familiar que se traduzem em pressões de êxodo rural e na subsequente transformação das mulheres em moradores da periferia das cidades e trabalhadores sazonais na colheita do dendê. Para as poucas famílias que se integram nas grandes empresas (no momento trata-se apenas de Biopalma) as entrevistas indicam que a experiência é percebida como positiva e que a combinação do dendê com a produção de alimentos se mostra viável. Por outro lado, dado o longo tempo entre o plantio e a primeira colheita (sete anos) as famílias se encontram extremamente dependentes tanto da empresa integradora quanto de políticas de apoio. Não está claro ainda se o modelo de integração com a agricultura familiar vai prevalecer e de toda forma o assalariamento em grandes plantações representa a

forma de produção predominante. Nesse caso também encontramos o papel destacado da mulher, na figura da presidenta da Associação dos Produtores.

A segunda conclusão da nossa pesquisa diz respeito à relação entre o PNPB e outras políticas e iniciativas em curso nessas regiões. Embora o PNPB se coloque, sobretudo, no Nordeste e no Norte, como a solução para uma agricultura sem perspectivas, vimos que os produtos alvos do programa já têm sistemas de produção e comercialização que competem com os preços e condições do PNPB. Mais ainda, nesses sistemas identificamos que as mulheres encontram estratégias para aumentar a sua autonomia e protagonismo. Não foi possível nessa pesquisa investigar os novos mercados sendo promovidos nessas regiões – comércio justo, orgânicos, artesanato, economia solidária – mas aqui também o papel da mulher se destaca.

Na mesma forma, o PNPB se insere num mundo rural já objeto de um leque de políticas que crescentemente valorizam a posição da mulher. A nossa pesquisa identificou, sobretudo, a importância do acesso à documentação, da titularidade em relação à propriedade e, embora menos difundida, a linha de crédito do PRONAF especificamente para mulheres. Os movimentos sociais em torno dos assentamentos e da reforma agrária já promoveram a participação da mulher, criando uma familiaridade com o debate público de políticas e com os princípios de organização. O conjunto das políticas sociais, por sua vez, penetra cada vez mais o meio rural, aproximando o ritmo e o comportamento dos mundos rurais e urbanos. Ao mesmo tempo, essas políticas ressaltam a posição central da mulher à medida que se dirigem a questões de alimentação, de saúde e de educação.

Como conclusão geral da nossa pesquisa, portanto, podemos destacar o seguinte. Os produtos visados como matéria prima pelo PNPB já se inserem em sistemas de produção e comercialização que competem em preços com aqueles propostos pelo programa e que têm sido muitas vezes estratégicos no fortalecimento da posição da mulher. Uma vocação exclusivamente de matéria-prima industrial para esses produtos pode ter impactos negativos tanto na organização da produção (escala) quanto na renda (menos acessível à mulher). Mesmo num cenário favorável de preços, por reforçar uma economia baseada em produção em escala de insumos básicos, os resultados podem ser negativos do ponto de vista da participação da mulher.

O conjunto dos fatores mencionados acima tem levado a mulher a ocupar uma posição central na produção e reprodução da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, tem aumentado a sua participação nos debates públicos, nas organizações e nos movimentos sociais. Assim, é fundamental que na discussão dos futuros rumos do PNPB se leve em conta essa nova posição da mulher entendendo a importância da sua participação na definição e implementação dos seus objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRONLINE. **Notícia: Produtos extrativistas já têm preços mínimos.** 29 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=4086>.
- AGROPALMA. **Anúncio de Consulta pública. Convite para próxima auditoria RSPO na Agropalma S/A, Brasil.** São Paulo, 03 de outubro de 2008.
- Disponível em: http://www.ibd.com.br/News_Detalhe.aspx?idnews=155.
- A LAVOURA, Revista nº. 668, Ano 111, outubro 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. **Quebradeiras de Coco Babaçu – Identidade e Mobilização.** São Luís: III Encontro Estadual das Quebradeiras de Coco babaçu. 1995.
- BARBOSA, Viviane de Oliveira. **A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão.** In: Ellen Woortmann, Renata Menache, Beatriz Heredia. (Org.). Margarida Alves – Coletânea sobre Estudos Rurais e Gênero. 1 ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; IICA, 2006, v. 1, p. 35-64.
- BIODIESELBR. **Notícia: Governo divulga informações sobre as matérias-primas do biodiesel.** Setembro de 2008. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/noticias/bio/mme-divulga-informacoes-materias-primas-biodiesel-03-09-08.htm>.
- BIODIESELBR. **Notícia: Alta viscosidade da mamona é vantagem, problema está no campo.** Agosto de 2008. Disponível em: <http://www.biodieselbr.com/noticias/bio/alta-viscosidade-mamona-vantagem.htm>.
- BRASIL. Decreto nº 6.263 de 21 de novembro de 2007. Plano Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC. Ministério do Meio Ambiente. Versão para Consulta Pública, 2008.

BRITO, A. Governo susta meta de 200 mil famílias para o biodiesel. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 16 de agosto de 2008. Caderno Folha Dinheiro.

BRUMER, A. **Gênero e Agricultura: A Situação da Mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, nº.1, 205-227, janeiro-abril/2004.

CARVALHO, René Louis de ; POTENGY, G. ; KATO, K. **PNPB e sistemas produtivos da agricultura familiar no semi-árido: oportunidades e limites**. In: VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de produção, 2007, Brasília. Anais do VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2007.

CORREIO DA BAHIA. **Notícia: Bahia é terceiro maior produtor de mamona do mundo**. Bahia, 11 de agosto de 2008.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Estatísticas do meio rural 2008**. 3ª edição. Brasília: MDA: DIEESE, 2008.

DURAN, Maria Angelis. **A dona de casa: crítica política da economia doméstica**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

FISCHER, I. R.. **A participação feminina no Orçamento Familiar**. In: Feminismo Ciência e Tecnologia, 2001, Salvador BA, 2001.

FLORÊNCIO, A. **Capacidade da Agricultura Familiar responder às demandas requeridas da produção de biodiesel**. Seagri/Suaf – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária / Superintendência da Agricultura Familiar, 2007. Disponível em http://www.bioenergy-world.com/americas/2008/IMG/pdf/Ailton_Florencio_-_SEAGRI.pdf.

FRAZÃO, J.M. **O futuro da agroindústria do babaçu**. Procana. 16/01/2008. Disponível em http://www.jornalcana.com.br/conteudo/noticia.asp?area=Producao&secao=Outras+Culturas&ID_Materia=29499

GLASS, V. Carvão 'encarece' babaçu, fonte de renda de 400 mil famílias. **Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis – Repórter Brasil**. São Paulo, 24 de julho de 2008. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1390>

- GLOBO AMAZÔNIA. Projeto de lei quer permitir o corte do babaçu no Maranhão. **Jornal O Globo**. Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2008.
- HEREDIA B., CINTRÃO R. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Revista Nera, Ano 9, nº. 8, Janeiro/Fevereiro de 2006.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em www.ibge.gov.br.
- IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2006 e 2007**. Disponível em www.ibge.gov.br
- LAMBRANHO, L. Biodiesel atende só 18% da agricultura familiar. **Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis – Repórter Brasil**. São Paulo, 23 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/agrocombustiveis/clipping.php?id=93>
- NUNES, S. P.; OLIVEIRA, M. A. **Estudo exploratório da cadeia produtiva do Babaçu**. DESER. Estudo Exploratório 02. Abril 2005.
- NUNOMURA, E. Programa de biodiesel ignora uso do babaçu. **Estadão**. São Paulo, 02 de setembro de 2007. Coluna Vida &.
- PLANETA ORGÂNICO. **Entrevista: Marcello Brito, Diretor-Comercial da Agropalma, na Expo Sustentat 2005**. Disponível em:
<http://www.planetaorganico.com.br/entrev-marcellobrito05.htm>
- RIZZO, E. ; Schwartz, R. **Histórias e Experiências Cotidianas das Quebradeiras de coco de babaçu do baixo Mearim**. In: III Congresso Internacional de Ética e Cidadania, 2007, São Paulo. Anais do III Congresso Internacional de Ética e Cidadania. São Paulo, 2007.
- ROCHA, M. R. T. da. **A luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu pela libertação do ‘coco preso’ e pela posse da terra**. In: VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. Quito, Equador, 2006.
- SANTOS A. M. **Análise do Potencial do Biodiesel de Dendê para a Geração Elétrica em Sistemas Isolados da Amazônia**. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2008. 224 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Rio de Janeiro, 2008.

SCHNEIDER, Sergio. **Agricultura Familiar e Emprego no Meio Rural Brasileiro: Análise Comparativa das Regiões Sul e Nordeste**. Parcerias Estratégicas, n. 22, p. 217-244, jun. 2006.

SILIPRANDI E.. 2003. Apud: CURADO J., AUAD D. **Gênero e políticas públicas: a construção de uma experiência de formação**. UCDB, Campo Grande, 2008. Disponível em <http://200.130.7.5/spmu/docs/Gênero%20e%20políticas%20públicas.pdf>.

SUAREZ, P. A. Z.. **Estaremos vendo o fim do cultivo de mamona?** 23 de setembro de 2008 <http://www.biodieselbr.com/colunistas/suarez/estaremos-vendo-fim-cultivo-mamona-24-09-08.htm>.

Wilkinson J., Herrera S. **Agrofuels in Brazil: What is the outlook for its farming sector?** OXFAM Internacional, 2008.

Wilkinson J., Herrera S. **Food, Energy and Social Justice**. The New School, 2008.

Sites

ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis: www.anp.gov.br

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social / Pronaf Mulher: www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/pronaf_mulher.asp

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: <http://www.cnpa.embrapa.br/produtos/mamona/apresentacao.html>

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário / Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia: <http://www.mda.gov.br/aegre/>.

MDA/SAF – Ministério do Desenvolvimento Agrário / Secretaria de Agricultura Familiar: <http://www.mda.gov.br/sa/>.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: www.mds.gov.br/.